

JAMB



JORNAL DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA - DESDE 1952

JUL/OUT • 2020 • ED. 1414 | ISSN 0004-5233



ELEIÇÕES AMB 2020

CÉSAR FERNANDES É ELEITO

Conheça também os demais integrantes da “Chapa 2 - Nova AMB”, os membros do Conselho Fiscal e os delegados eleitos nos 26 estados e no Distrito Federal

PÁG. 22

RAMB

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Junior doctors

Criada pela AMB e escrita pelos jovens médicos!
Em breve. Aguarde!



Destques

Painel - Autonomia do Médico

Covid-19 reacendeu o debate sobre a importância da autonomia médica na definição dos tratamentos de doenças.

Pág. 16

Covid-19 - Comitê de Crise

O Tribunal de Contas da União (TCU) incluiu a Associação Médica Brasileira no Comitê de Crise da Covid-19 do governo federal, com direito a voz e voto.

Pág. 18

Panorâmica - Sociedades de Especialidade

PSYQUALY COVID vai avaliar o psicotrauma, a resiliência e a qualidade de vida dos médicos brasileiros durante a pandemia.

Pág. 30

Panorâmica - Doações de EPIs

Amb fecha parcerias para envio de 135 mil EPIs a médicos e profissionais da saúde que estão na linha de frente em combate à Covid-19

Pág. 38

Saber- Tabagismo

Comum entre os jovens, o narguilé causa dependência e está ligado ao câncer. Na matéria, abordam-se os riscos à saúde, já que possui quantidades superiores de nicotina, monóxido de carbono, metais pesados e substâncias cancerígenas.

Pág. 46



DIRETORIA - Gestão 2017 - 2020

PRESIDENTE
Lincoln Lopes Ferreira (MG)

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
Diogo Leite Sampaio (MT)

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE
Robson Freitas de Moura (BA)

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS
José Luiz Dantas Mestrinho - Centro-Oeste (DF)
Arno Buertiner Von Ristow - Sudeste (RJ)
Eduardo Francisco de Assis Braga - Norte (TO)
Mauro Cesar Viana de Oliveira - Nordeste (MA)
Alfredo Floro Cantalice Neto - Sul (RS)

SECRETÁRIO-GERAL
Antônio Jorge Salomão (SP)

1ª SECRETÁRIA
Carmita Helena Najjar Abdo (SP)

1º TESOUREIRO
Miguel Roberto Jorge (SP)

2º TESOUREIRO
José Luiz Bonamigo Filho (SP)

DIRETOR CULTURAL
Fernando Antonio Gomes de Andrade (AL)

DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL
Carlos Alfredo Lobo Jasmin (RJ)

DIRETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Eduardo Nagib Gauri (RJ)

DIRETOR CIENTÍFICO
Antônio Carlos Palandri Chagas (SP)

DIRETORA ACADÊMICA
Maria José Martins Maldonado (MS)

DIRETOR DE ATENDIMENTO AO ASSOCIADO
Marcio Silva Fortini (MG)

DIRETORA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES
Débora Eugenia Braga Nóbrega Cavalcanti (PB)

SEDE
Rua São Carlos do Pinhal, 324
01333-903 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3178-6800
E-mail: jamb@amb.org.br
www.amb.org.br

Os anúncios e opiniões publicados no Jamb são de inteira responsabilidade de seus anunciantes e autores. A AMB e a Timbro Comunicação não se responsabilizam pelo seu conteúdo.



Tiragem Auditada pela BDO
Relatório da Auditoria em poder da Administração



EXPEDIENTE JAMB

DIRETOR RESPONSÁVEL
Diogo Leite Sampaio

EDITOR / JORNALISTA RESPONSÁVEL
César Teixeira - Mtb: 12315

PUBLISHER
Rodrigo Aguiar

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Jorge Salomão
Carmita Abdo
Diogo Leite Sampaio
José Luiz Bonamigo Filho
Lincoln Lopes Ferreira
Miguel Roberto Jorge
Robson Moura

TIMBRO COMUNICAÇÃO
EDITOR-EXECUTIVO
Rodrigo Aguiar

CHEFE DE REDAÇÃO
Celina Maria Morosino Lopes

REPÓRTERES ESPECIAIS
Helvânia Ferreira

PRODUÇÃO
Lorraine Souza
Márcia Fortes
Sabrina Moraes
Ana Caroline de Aquino Chaves
Mabel Abreu
Pedro Henrique Tenerelli De Lucena
Matheus Celestino dos Santos
Augusto de Sousa

REVISÃO
Hebe Ester Lucas

PROJETO GRÁFICO
Amanda Sanchez

DIAGRAMAÇÃO
Amanda Sanchez
Ângela Mendes

FOTO DA CAPA
Lailson dos Santos

OUVIDORIA
jamb@timbro.com.br

COMERCIAL
Tel. (11) 3253-4542
publicidade.amb@timbro.com.br

ISSN
0004-5233



O tempo é precioso para o médico brasileiro

Ainda no contexto de Covid-19, que assola a sociedade como um todo, principalmente os médicos brasileiros, o *Jamb* 1414 traz importantes temas à comunidade médica, que está em constante atualização e que cada vez mais tem um tempo enxugado. São horas de plantões, consultas, cursos de atualização e aperfeiçoamento — mesmo em um contexto de distância — e, claro, tudo isso conciliando a vida profissional com a vida pessoal, o que sabemos que não é tarefa fácil.

Pensando e conhecendo a realidade do médico brasileiro, o *Jamb* destaca nesta edição a doação de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), feita em parceria com a Ambev, que adquiriu e fabricou materiais para que a AMB pudesse encaminhar às Federadas para entrega em diversas unidades de saúde do País — foram 135 mil EPIs. Boa parte dessas entregas só chegou aos estados de destino com a colaboração de parceiros que se dispuseram a participar dessa empreitada — empresas da área de logística e distribuição: a WRJ, a DHL e a BBM.

Sabendo do impacto inerente da Covid-19 na rotina do médico, trazemos uma matéria sobre a pesquisa *Psyqualy-Covid*, promovida pela AMB e SBC (Sociedade Brasileira de Cardiologia), que avalia o psicotrauma, a resiliência e a qualidade de vida dos médicos brasi-

leiros durante a pandemia. Você, médico de qualquer especialidade, está convidado a respondê-la!

Destaque também para o processo eleitoral da AMB e a eleição da nova diretoria, delegados e Conselho Fiscal da entidade para o triênio 2021-2023. Conheça como todo o processo ocorreu e seus resultados.

O impacto da Covid-19 na formação do médico tem espaço especial nesta edição. Trazemos duas matérias: uma sobre as provas de Títulos de Especialista e de Certificados de Áreas de Atuação e outra sobre a prova AMB/Amrigrs, válida para programas de residência médica.

Altamente impactadas no contexto da Covid-19, as provas de Títulos de Especialista e de Certificados de Áreas de Atuação precisaram, num primeiro momento, ser canceladas para evitar aglomerações e possível disseminação do vírus. No entanto, após alguns meses foram retomadas com orientações precisas da AMB sobre as formas como devem ocorrer, a fim de garantir a lisura dos processos e a segurança de participantes e organizadores.

Esperamos que você aproveite bem seu precioso tempo conosco.

Boa leitura!

Diogo Leite Sampaio

Vice-presidente da Associação Médica Brasileira e responsável pela área de comunicação da AMB



Leo Martins

União da classe médica é imprescindível

Neste cenário caótico provocado pela pandemia de Covid-19, o associativismo médico tornou-se a pedra angular para enfrentar as adversidades na área da saúde. Para driblar a falta de informação sobre o novo coronavírus, as comunidades médicas e científicas de todo o mundo se uniram para partilhar estudos e expertises conquistadas.

A AMB, juntamente com suas 54 Sociedades de Especialidade filiadas e suas 27 Federadas que compõem os departamentos científicos da entidade, publicaram diretrizes sobre a Covid-19. Divididas em quatro eixos, as diretrizes trazem informações que auxiliam desde o diagnóstico da doença, proteção dos profissionais de saúde até a estruturação assistencial para cuidar de casos graves da doença.

Ainda visando a segurança dos que estão na linha de frente no combate à pandemia, uma verdadeira força-tarefa foi montada pela AMB para levar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os médicos e profissionais da saúde. Mais de 135 mil EPIs foram distribuídos em todo o Brasil com o auxílio de parceiros como a Ambev, que produziu *face shields* e adquiriu luvas e máscaras PFF2 para doar à AMB, distribuindo-as a mais de 150 unidades de saúde pelo País por meio de suas Federadas.

Outra iniciativa de destaque é fruto de apresentação da AMB de minuciosa proposta ao Ministério da Economia e ao Poder Legislativo: a criação da linha de crédito que inclui médicos — como pessoa jurídica ou como pessoa física sem vínculo empregatício de qualquer natureza — no Programa de Apoio

Monica Assan



às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com taxa de juros Selic + 5% ao ano e financiamento em 36 parcelas, em que até oito meses poderão ser de carência.

O associativismo médico novamente se fez primordial nas definições de normas e diretrizes para a retomada dos atendimentos médicos pelo Brasil que haviam sido pausados no início da pandemia. A AMB esteve presente em uma série de debates junto ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) visando a segurança tanto dos médicos quanto dos pacientes.

A atuação da AMB em prol da classe médica e da saúde da população nesse período teve o reconhecimento do Tribunal de Contas da União (TCU), que incluiu a entidade como membro permanente do Comitê de Crise da Covid-19 do governo federal e do Centro de Coordenação das Operações do Comitê. Desde então, a AMB tem contribuído ainda mais com os debates, a criação de diretrizes e ações visando um atendimento de qualidade e ético à população, e em defesa da autonomia médica.

Todos os resultados conquistados nesse período são fruto de união, dedicação e persistência. Estamos atuantes e assim seguiremos! As dificuldades são muitas, mas unidos conseguiremos vencer os desafios.

Lincoln Ferreira

Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)

POR CELINA LOPES COM COLABORAÇÃO ANA CAROLINE DE AQUINO CHAVES E LORRAINE SOUZA

01 63 ANOS DA SBN



Em julho, a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN) completou 63 anos. A SBN foi fundada entre 21 e 28 de julho de 1957, durante o I Congresso Internacional de Ciências Neurológicas. Foi do outro lado do Oceano Atlântico, na Bélgica, pelas mãos de José Ribe Portugal e José Albernaz, que foi escrito o primeiro estatuto, com a participação de outros dez neurocirurgiões brasileiros: J. L. Brito e Cunha, Renato Tavares Barbosa, Paulo Niemeyer, Henrique Austregésilo, Aloysio Mattos Pimenta, Carlos Sacramento, Elyseu Paglioli, Zaluar Campos, Manoel Caetano de Barros e Moacir Bernardes.

Hoje, a SBN é a terceira maior entidade da especialidade no mundo, com quase 3 mil sócios. A gestão atual (2019-2020), comandada por Luis Alencar Biurrum Borba, assumiu duas missões principais: divulgar nacional e mundialmente os grandes valores da neurocirurgia brasileira e fornecer educação continuada de alta qualidade aos neurocirurgiões experientes e jovens, residentes e estudantes de medicina.

A AMB vem lutando há anos contra fraudes no processo de revalidação de diplomas no Brasil. Em agosto, o presidente da AMB, Lincoln Ferreira, foi à Brasília para apresentar aos parlamentares os riscos iminentes que o Projeto de Lei n. 3.716/2020 trará para a saúde da população e para o Sistema de Saúde Pública. Lincoln participou de uma reunião com o médico e deputado federal Hiran Gonçalves, presidente da Frente Parlamentar da Medicina, e com a médica e deputada federal Soraya Manato.

O PL permite a participação de faculdades particulares na revalidação de diplomas de medicina, um processo que é de fé pública e que deve estar blindado às influências do mercado de ensino médico.

02 AMB CONTRA O REVALIDA LIGHT



03 REVALIDA LIGHT: PRESIDENTE DESTACA ATUAÇÃO DA AMB

O presidente Jair Bolsonaro destacou, em coletiva de imprensa realizada em 24/08, a atuação sinérgica da AMB e do CFM para os vetos ao Revalida Light na aprovação das leis n. 13.959, de 18 dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação



de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), e n. 13.958, de 18 dezembro de 2019, que cria o Programa Médicos pelo Brasil.

04 CBHPM: 208 ALTERAÇÕES EM SETEMBRO

A AMB realizou 208 alterações — sendo mais de 170 em portes de procedimentos e portes de procedimentos anestésicos — nas Resoluções Normativas da Comissão Nacional de Honorários Médicos e Sociedades de Especialidade (CNHM n. 047/2020 e CNHM n. 048/2020), publicadas em 3 e 4 de setembro de 2020.

A CBHPM é revista continuamente e as alterações são aprovadas pela Câmara Técnica Permanente da CBHPM, que conta com o envolvimento de todas as Sociedades de Especialidade, de participantes do Sistema de Saúde Suplementar, da Agência Reguladora e das entidades médicas.



RESOLUÇÃO NORMATIVA CNHM Nº 048/2020 AOS MÉDICOS, HOSPITAIS E ENTIDADES CONTRATANTES

A Comissão Nacional de Honorários Médicos e Sociedades de Especialidade comunicam as seguintes alterações, revisadas e aprovadas pela Câmara Técnica Permanente da CBHPM de 17/08/2020 a serem introduzidas na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos de 2018, conforme abaixo:



RESOLUÇÃO NORMATIVA CNHM Nº 047/2020 AOS MÉDICOS, HOSPITAIS E ENTIDADES CONTRATANTES

A Comissão Nacional de Honorários Médicos e Sociedades de Especialidade comunicam as seguintes alterações, revisadas e aprovadas pela Câmara Técnica Permanente da CBHPM de 10/08/2020 a serem introduzidas na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos de 2018, conforme abaixo:

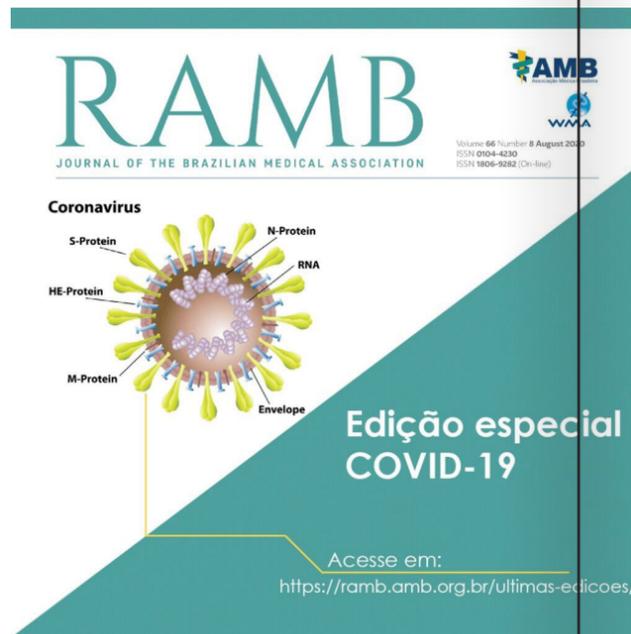
Código	Decisão	Descrição
7.7 - Instruções Gerais	Inclusão de Item	7.7. A Hierarquização e a valorização do Porte de cada procedimento consideram sua execução por aquele profissional com a mais alta qualificação para o ato médico segundo a Especialidade Médica e/ou Área de Atuação conforme normativo vigente, aprovado pela Comissão Mista de Especialidades (CME) e homologado pelo plenário do Conselho Federal de Medicina CFM.
3.07.20.07-9	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 6A - PARA: 11B DE: 3 - PARA: 5
3.07.20.09-5	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 6C - PARA: 10C DE: 3 - PARA: 4
3.07.20.11-7	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 7C - PARA: 11B DE: 3 - PARA: 5
3.07.20.13-3	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 7C - PARA: 11B DE: 4 - PARA: 5
3.07.20.14-1	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 4C - PARA: 10C DE: 2 - PARA: 4
3.07.20.15-0	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 4C - PARA: 9A DE: 2 - PARA: 3
3.07.21.02-4	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 8B - PARA: 11B DE: 3 - PARA: 5
3.07.21.03-2	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 4C - PARA: 11B DE: 1 - PARA: 5
3.07.21.06-7	Alteração de Porte	DE: 8C - PARA: 11B
3.07.21.07-5	Alteração de Porte e Alteração de Porte Anestésico	DE: 8B - PARA: 11B DE: 3 - PARA: 5

05 RAMB COVID-19

A Revista da Associação Médica Brasileira (Ramb) contou com uma edição especial sobre Covid-19. Seu conteúdo abrangeu uma série de artigos recebidos sobre o tema e que foram aprovados pelo Conselho Editorial, incluindo artigos de pesquisadores dos Estados Unidos, China, Turquia, além de 15 estados brasileiros e do Distrito Federal.

A Ramb foi acessada por quase 5 milhões de leitores em todo o mundo em 2019, por meio da plataforma SciELO. Com fator de impacto 0,915, que mede a importância de periódicos científicos, neste ano a submissão para a Ramb deve chegar a mais de mil artigos, ante os 600 recebidos no ano passado.

Leia esta e outras edições da Ramb em: www.ramb.amb.org.br



06 AMB É DESTAQUE NO WORLD MEDICAL JOURNAL

A AMB teve participação especial na edição 66 da renomada publicação da Associação Médica Mundial (World Medical Association - WMA) com Miguel Jorge, presidente da WMA e diretor da AMB, que participou de uma entrevista sobre os desafios dos profissionais da saúde que estão na linha de frente nos hospitais em combate à Covid-19 e o impacto disso na saúde física e mental; Lincoln Ferreira, presidente da AMB; e Wanderley M. Bernardo, coordenador de Diretrizes da AMB, com um artigo sobre os atendimentos emergenciais nas unidades públicas de saúde no Brasil.

Confira a edição 66 do World Medical Journal no link https://amb.org.br/wp-content/uploads/2020/08/wmj_3_2020_WEB.pdf.



Interview with Miguel Roberto Jorge by WMJ Editor Peteris Apinis

Brazil is one of the countries where Covid-19 has spread very widely. How are you in this difficult time? How are Brazilian doctors these days?

We see that the situation worsens day by day. We have the second highest number of cases and soon will also rank second as to the number of deaths. And we know that the current numbers are undercounted. Besides this sanitary crisis, we had some years of a crisis in economy and, unfortunately,

we are also experiencing a political crisis, with a polarized country and a President who is against the recommendations from specialists on how to face the COVID-19 pandemic. Physicians, nurses and other health personnel are trying to do their best to help those affected by the virus, but there is shortage of specialized people at public hospitals, lack of PPE, lack of reliable data (only seriously ill patients are tested) and specialists are stigmatized by people in fear of being infected.



Miguel Roberto Jorge

[BACK TO CONTENTS](#)

07



PRESIDENTE DA AMB É HOMENAGEADO PELO CBO

O presidente da AMB, Lincoln Ferreira, foi homenageado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) por suas relevantes contribuições aos médicos e pela luta por um atendimento de qualidade à saúde da população, durante a cerimônia virtual de abertura do 64º Congresso Brasileiro de Oftalmologia.

O CBO 2020 Virtual destacou a inovação e a tecnologia. Ao longo de 60 anos, o Congresso já se consolidou como o evento mais tradicional da especialidade no Hemisfério Sul.

BRAZIL

Emergency Health

World Medical Journal



Emergency Care for Health Unit System Patients in Brazil



Lincoln Ferreira



Wanderley Bernardo

Introduction

In Brazil, one of the health care priorities is emergency care. As everywhere, there are challenges related to the models of care that accompany population growth, increase in health problems and aging. The spectrum of patients seen in emergency medical situations is generally associated with increased risks of undesirable outcomes, and obviously greater than in chronic or subacute conditions. And despite the population differences between the different parts of the world, this is very common among all and thus the frequency of the characteristics of these patients: upper respiratory tract infection, cough, pharyngitis, tonsillitis, myocardial infarction, angina pectoris, coronary heart disease, lower respiratory tract infection, bronchitis, pneumonia,

digestive tract, dizziness, fainting, acute appendicitis, acute pancreatitis, drug and food poisoning, urination disorders and delivery/parturition [1].

Emergency care has been defined by various attributes, such as time-to-care provision and acuity of the condition addressed. Common definitions include care delivered within minutes or hours and care for conditions that require rapid intervention to avoid death or disability or for which delays of hours can worsen prognosis or render care less effective. People in need of care may access the system at many points, including by activating the pre-hospital system, by visiting a primary health centre, or by presenting directly to a hospital-based emergency unit; providers at every level of the health system deliver emergency care, whether or not they

A systematic approach to emergency care – centred on acuity-based triage, early recognition and resuscitation, and simple initial management and referral – has been shown to decrease the mortality associated with a range of medical and surgical conditions. Despite the substantial positive impact emergency care can have, however, many low- and middle-income countries (LMICs) lack the fundamentals of organized emergency care: basic pre-hospital care and transport, a dedicated area and standards for hospital-based emergency care, and a core of nonrotating providers trained in the care of emergencies and assigned to the emergency unit. These gaps are reflected in wide global discrepancies in outcomes across the range of emergency conditions [2].

Although severe global discrepancies exist in outcomes from emergency conditions, both these modelling estimates and direct evidence suggest that emergency care has the potential to narrow this gap dramatically. Powerful examples of feasible life-saving emergency care interventions in LMICs may include: organizing low-cost pre-hospital systems with a dramatic decrease in all-condition or in road-traffic mortality; designating an area for emergency care of all critical patients at a third-level hospital transformed care and halved mortality; restructuring a hospital intake area to create a dedicated emergency care area and initiating formal triage associated with halved inpatient mortality and a reduction in the proportion of deaths occurring within 24 hours; timely simple interventions (fluids, antibiotics, and clinical monitoring) within the first six hours of hospitalization in adults with serious infection reduced mortality; in rural area improved access to emergency obstetric care halved the risk of maternal mortality and reduced the risk

A SBA PREPAROU UMA PROGRAMAÇÃO ONLINE ESPECIAL PARA CUIDAR DA SUA SAÚDE FÍSICA E MENTAL.



ARRASTE PARA O LADO >



08 SIMPÓSIO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Em setembro aconteceu o Simpósio de Saúde Ocupacional (Siso), promovido pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA), filiada à Associação Médica Brasileira (AMB). O evento, gratuito e *on-line*, teve como objetivo discutir e conscientizar os anestesiológicos sobre a importância de exercer sua profissão, visando também sua saúde física e mental.

Foram discutidos no Siso temas como drogadição e ansiedade, além de uma análise sobre as dificuldades e expectativas do anestesiológico na prática clínica diária com representantes das gerações Baby Boomers, X, Y e Z.

Para assistir às palestras do Siso, acesse:
<https://www.sbahq.org/>



A SBA AGRADECE A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO 8º SIMPÓSIO DE SAÚDE OCUPACIONAL QUE ACONTECEU NO ÚLTIMO SÁBADO, DIA 26 DE SETEMBRO!

AOS QUE NÃO PUDEAM PARTICIPAR, AS PALESTRAS ESTÃO DISPONÍVEIS NO MENU DEFESA PROFISSIONAL DO sbahq.org.



09 SBPT REALIZA CONGRESSO VIRTUAL

A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) realizou, entre os dias 10 e 12 de outubro, o Congresso Brasileiro de Pneumologia 2020. O SBPT Virtual contou com mais de cem aulas e 21 mesas ao vivo, apresentadas por 158 professores nacionais e nove internacionais, abordando temas como a Covid-19 seis meses depois; imunobiológicos na asma grave; embolia pulmonar aguda; DPOC e cirurgia; doenças intersticiais e a poluição atmosférica. Na foto, José Miguel Chatkin, presidente da SBPT, durante a abertura do evento.



A SBPT realizará o Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia – SBPT VIRTUAL de 10 a 12 de outubro de 2020 e gostaria de convidá-lo para a cerimônia de abertura e Assembleia Geral em formato online no dia 09/10/2020 às 19h

Participe das decisões da sua sociedade!!!

Acesso em: sbpt.org.br



10 1º SUMMIT ABRAMEDE

A Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede) realizou o 1º Summit Abramede – Conectando Emergencistas, evento *on-line* e multidisciplinar, nos dias 24 e 26 de setembro. O evento foi totalmente gratuito para quem já fez a inscrição no VII Congresso Brasileiro de Medicina de Emergência, que será promovido pela entidade em 2021.



Revalida é salvo mais uma vez

Emendas que deturpariam o sistema de revalidação de diplomas de medicina e colocariam em risco a saúde da população são rejeitadas na MPV 934/2020

POR LORRAINE SOUZA

Salvar e preservar o processo de revalidação de diplomas. Essa tem sido uma das batalhas enfrentadas pela Associação Médica Brasileira (AMB) nos últimos anos. Desde 2018, a entidade tem investigado a fundo formas irregulares de revalidação de diplomas de egressos de escolas médicas do exterior. A AMB foi atrás de informações, evidências e dados que ajudassem a entender como operam as universidades e empresas intermediadoras envolvidas.

O trabalho, coordenado pelo vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio, desmascarou um esquema bilionário que atua para “facilitar” a revalidação de diplomas para quem não foi aprovado no Revalida ou nos processos de revalidação de faculdades públicas. Em maio de 2019, o caso foi exposto ao Ministério da Educação e, posteriormente, as denúncias foram levadas ao CFM, à Controladoria-Geral da União, a deputados da Frente Parlamentar da Medicina e ao próprio presidente da República, além de à imprensa em geral. A Operação Vagatomia, da Polícia Federal, tornou ainda mais explícita parte desse esquema denunciado pela AMB.

A atuação da AMB provocou uma grande discussão nacional sobre a revalidação de diplomas estrangeiros e a capacidade de formação de escolas em países da América Latina. Desde então, a entidade tem atuado junto ao Congresso Nacional para derrubar pautas que pretendem desfigurar o processo de revalidação de diplomas no Brasil. Em junho de 2020, mais uma vez a Diretoria da AMB entrou em ação.

Quando começaram os debates sobre a Medida Provisória n. 934/2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública, o oportunismo político mais uma vez tentou ganhar destaque. Deputados acrescentaram ao relatório da MP emendas que são consideradas verdadeiros “jabutis”, que desconfigurariam o processo de revalidação de diplomas e instaurariam no País o Revalida Light.

Nesse momento, a AMB entrou em ação e mais uma força-tarefa foi organizada para derrotar os jabutis e salvar a revalidação. Diogo Sampaio organizou uma reunião com as deputadas federais Luisa Canziani (PTB-PR), que era a relatora da MP 934/2020, e Carmen Zanotto (Cidadania-SC). “No encontro, falamos sobre as emendas inseridas na medida provisória e os impactos negativos que elas trariam para o Sistema de Saúde Pública, que já está tão fragilizado devido à pandemia de Covid-19”, conta o vice-presidente da AMB.



REVALIDA, SIM!

Em 7 de julho, o Plenário da Câmara dos Deputados concluiu a votação da Medida Provisória 934/2020. Não foi admitido nenhum destaque das emendas que previam a contratação de egressos do exterior sem diplomas revalidados ou que implantassem no Brasil o Revalida Light.

A deputada Luisa Canziani salvou o processo de revalidação de diplomas ao rejeitar da relatoria da MP 934/2020 as emendas n. 10, 21, 58, 59, 60, 62, 68, 107, 148 e 180, por tratarem de temas não afetos à MPV. Foram rejeitadas também as emendas n. 61, 66, 88, 181, 182 e 219, que permitiriam a contratação de egressos formados em instituições estrangeiras.

A matéria, na forma de projeto de lei de conversão, já foi avaliada pelo Senado Federal e aguarda sanção presidencial. “Agradecemos à deputada Luisa Canziani por estar ao lado da medicina e da saúde da população. As emendas não passavam de simples oportunismo político de alguns parlamentares que queriam retomar um assunto que já estava vencido e definido por lei”, enfatiza Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

Em reunião realizada no dia 25 de junho, a deputada Luisa Canziani salvou a revalidação de diplomas médicos ao rejeitar emendas que prejudicariam seriamente o processo e trariam impactos negativos para o Sistema de Saúde Pública em meio à crise pandêmica de Covid-19



A LUTA CONTRA O REVALIDA LIGHT CONTINUA

Ainda há grandes ameaças ao processo de revalidação de diplomas, quer por emendas propostas em projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, quer em projetos específicos sobre o tema, sempre utilizando o disfarce da necessidade de aumentar o quantitativo de médicos para atuar na pandemia — como se esse fosse o problema. Diogo Sampaio pontua que são descabidas e irresponsáveis as propostas de grupos políticos para permitir que egressos de faculdades de medicina do exterior atuem no combate à Covid-19 sem revalidação do diploma.

Diogo esclarece que essas propostas trazem riscos aos brasileiros. “Em um momento de crise pandêmica como este, é inaceitável que políticos interesseiros queiram retomar um tema que já foi vetado pelo presidente e aprovado pelo Congresso Nacional. A não exigência de Revalida coloca em risco milhões de brasileiros que poderão ser atendidos por pessoas sem comprovação técnica para o exercício da medicina”, diz.

A Comissão de Assuntos Políticos (CAP) e a diretoria da AMB seguirão atuantes e acompanhando os debates para manter a integridade da revalidação de diplomas médicos, um processo que é de fé pública e que deve estar blindado às influências do mercado de ensino médico.

Sancionada lei sobre linha de crédito

Projeto que nasceu na AMB e em menos de 5 meses se transformou em lei
POR MABEL ABREU E CELINA LOPES

Diante do cenário econômico vivido pelos médicos já no início da pandemia, com os atendimentos eletivos suspensos e com pacientes deixando de procurar assistência médica, mesmo nos casos necessários, por receio do coronavírus, a Associação Médica Brasileira sentiu a necessidade de rapidamente propor a criação de uma linha de crédito que auxiliasse de forma especial médicos autônomos e pequenos consultórios, essenciais na estrutura de atendimento à população. O objetivo foi contribuir para que esses estabelecimentos continuassem funcionando, garantindo também empregos diretos e indiretos.



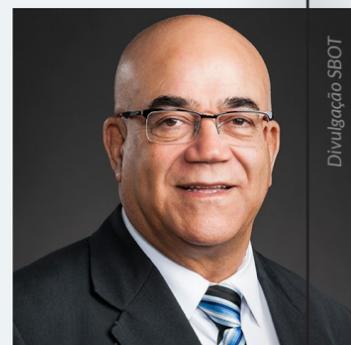
Senador Eduardo Girão e Lincoln Ferreira

José Eduardo Fernandes Távora; o administrador da AMB, Danilo Gregio e o assessor jurídico Guilherme Moura, da Sampaio Ferraz Advogados.

A proposta foi apresentada pelo presidente da AMB, em abril, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao senador Eduardo Girão (Podemos-CE), e já no início de maio houve a leitura da matéria em sessão do Senado Federal. Em 28 de maio o PL 2424/2020 foi aprovado na casa e seguiu para a Câmara e, após, para sanção presidencial.



Lincoln Ferreira, presidente da AMB, coordenou pessoalmente o projeto de elaboração da proposta. Participaram, ainda, os diretores da entidade Carlos Alfredo Lobo Jasmin (Defesa Profissional) e Marcio Fortini (Atendimento ao Associado); o presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Glaydson Godinho; o urologista



17/04/2020	Apresentação de proposta da AMB ao ministro da Economia, Paulo Guedes e ao senador Eduardo Girão
06/05/2020	Apresentação, no Senado, do PL 2.424/2020
28/05/2020	Aprovação no Senado Federal
23/06/2020	Requerimento de Urgência, apresentado à Câmara pelo deputado Hiran Gonçalves
07/07/2020	PL 2.424/2020 segue para comissões da Câmara
27 a 29/07/2020	Apresentação de ementas pelos deputados
30/07/2020	Aprovação do PL na Câmara dos Deputados, transformado na Lei Ordinária 14.045/2020
31/07/2020	Encaminhamento para sanção presidencial
20/08/2020	Lei n. 14.045 sancionada pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro
21/08/2020	Publicação da Lei n. 14.045/2020

“Esta linha de crédito, com seus benefícios, contribuiu para o equilíbrio financeiro de milhares de médicos autônomos, essenciais ao atendimento da população, que tiveram, neste momento de pandemia, seu faturamento impactado com cancelamento de consultas, exames,

cirurgias e outros procedimentos”, comenta Carlos Alfredo Lobo Jasmin, diretor de Defesa Profissional.

Para o diretor de Atendimento ao Associado, Marcio Silva Fortini, este é mais um dos esforços da AMB em prol dos médicos: “Temos trabalhado incansavelmente para contribuir para que neste período de pandemia haja condições pessoais e de trabalho aos médicos, com diretrizes, encaminhamento de denúncias sobre falta de EPIs ao Ministério Público do Trabalho e secretarias de Saúde e parceria para envio de EPIs onde há necessidade. Hoje comemoramos a obtenção de um resultado na vida financeira dos colegas”.

Características da linha de crédito: inclui médicos – como pessoa jurídica ou pessoa física sem vínculo empregatício de qualquer natureza – no Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); com taxa de juros Selic + 5% ao ano e financiamento em 36 parcelas, em que até oito meses poderão ser de carência.

“A AMB e os médicos brasileiros agradecem ao ministro da Economia, Paulo Guedes, ao senador Eduardo Girão, por terem acolhido nossa proposta e aos esforços dos parlamentares e do presidente Jair Bolsonaro, que contribuíram para que a matéria fosse aprovada e sancionada com celeridade”, pontua Lincoln Ferreira. “E de forma especial ao deputados Hiran Gonçalves e demais membros da Frente Parlamentar da Medicina e aos esforços da equipe e da Comissão de Assuntos Políticos da AMB, que com o assessor parlamentar da AMB, Napoleão Puente, foram incansáveis no acompanhamento dos debates”, finaliza.

Autonomia do médico deve ser respeitada

Covid-19 reacendeu o debate sobre a posição dos médicos na definição dos tratamentos de doenças

POR AUGUSTO DE SOUSA

Na pandemia de Covid-19, por se tratar de uma doença nova e repleta de desafios, a autonomia do médico fez-se ainda mais importante. Afinal, durante um tratamento, cabe ao médico decidir qual a melhor opção analisando cada caso e definindo, junto com o paciente, a utilização ou não de determinados medicamentos e procedimentos.

No combate à Covid-19, a Associação Médica Brasileira tem acompanhado os diversos estudos e pesquisas sobre a utilização de fármacos para tratamento da doença que estão em curso no mundo inteiro. A avaliação é de que, até o momento, não existem estudos seguros, robustos e definitivos sobre a questão. Mesmo nos mais recentes há várias fragilidades que impedem que sejam considerados conclusivos.

Os debates foram ainda mais intensificados quando, em 22 de maio, a revista *The Lancet* divulgou resultados de uma pesquisa que comprovaria a aparente ausência de efeitos da hidroxicloroquina no combate à Covid-19. Dias depois, a *The Lancet* veio a público para se desculpar e informar que iria “despublicar” o estudo, a pedido dos autores. No dia 4 de junho os cientistas se manifestaram publicamente, afirmando que não tiveram condições de confirmar a veracidade dos dados apresentados.

A pesquisa publicada na *Lancet* tinha sido apresentada como a maior já realizada sobre os efeitos que

a cloroquina e a hidroxicloroquina têm no tratamento do coronavírus, de modo observacional. Ela foi feita a partir de uma base de dados da Surgisphere Corporation, uma pequena empresa americana que apresentou informações de diversos hospitais de vários países.

AUTONOMIA EM PAUTA

O derby político em torno da hidroxicloroquina deixará um legado sombrio para a medicina brasileira, caso a autonomia do médico seja restringida, como querem os que pregam a proibição da prescrição da hidroxicloroquina. Essa restrição vai contra a própria Declaração de Helsinque: “No tratamento de um paciente individual, em que não existem intervenções comprovadas ou outras intervenções conhecidas foram ineficazes, o médico, após procurar aconselhamento especializado, com consentimento informado do paciente ou de um representante legal, pode usar uma intervenção não comprovada se, no julgamento do médico, oferecer esperança de salvar vidas, restabelecer a saúde ou aliviar o sofrimento. Essa intervenção deve ser posteriormente objeto de pesquisa, destinada a avaliar sua segurança e eficácia. Em todos os casos, novas informações devem ser registradas e, quando apropriado, disponibilizadas ao público”.

A AMB é signatária da Declaração de Helsinque, da WMA, juntamente com associações médicas de cen-

tenas de países. E tem o compromisso de defender a preservação da autonomia do médico. Também defenderá o Parecer 4/2020 do Conselho Federal de Medicina, que disciplina o assunto.

O USO OFF LABEL

A AMB esclarece que não defende o uso da hidroxicloroquina, mas sim a autonomia do médico em situações como a vivida na pandemia, com o uso *off label*, consagrado na medicina, sempre que o médico assim julgar necessário. E o uso de determinado remédio para fins que não estejam na bula, o que explica o termo, pode ter também a indicação feita por condição análoga, quando há semelhança entre enfermidades.

A medicina não é uma ciência exata, e um composto químico fabricado para remediar um sintoma específico pode causar outras reações de acordo com o metabolismo da pessoa, resultando em efeitos colaterais diversos. Com conhecimento e estudo, os médicos podem prever quais são esses efeitos e utilizar uma nova alternativa.

“Não podemos permitir que ideologias e vaidades, de forma intempestiva, alimentadas pelos holofotes, nos façam regredir em práticas já tão respeitadas. Não se pode clamar por ciência e adotar posicionamentos embasados em ideologia ou partidarismo, ignorando práticas consolidadas na medicina. Isso é um crime contra a medicina, contra os pacientes e, sobretudo, contra a própria ciência”, ressalta Lincoln Ferreira, presidente da AMB.



TCU determina a participação da AMB no grupo Covid do governo

POR AUGUSTO DE SOUZA E LORRAINE SOUZA



Lincoln Ferreira em reunião do Comitê de Crise do MS

A classe médica recebeu no mês de julho uma notícia importante: o Tribunal de Contas da União (TCU) incluiu a Associação Médica Brasileira (AMB) no Comitê de Crise da Covid-19 do governo federal. A decisão foi divulgada no dia 7 de julho. A partir dessa data, a AMB e o Conselho Federal de Medicina (CFM) tornaram-se membros permanentes nas reuniões que traçam os passos para o enfrentamento da pandemia, com direito a voto.

“Chegamos aqui porque nossa presença se fez necessária”, disse Lincoln Ferreira, presidente da AMB. “O mais importante é contribuir com os processos públicos em benefício da classe médica e da saúde da população. Queremos garantir que o Brasil enfrente essa crise do melhor jeito possível. A decisão é a comprovação de todo o trabalho que a AMB tem feito nos últimos anos em prol da saúde pública no País”, completa.

ATUAÇÃO NA PANDEMIA

A AMB tem tido uma participação ativa no combate à pandemia de Covid-19, sempre presente nos principais debates. *“Com a decisão do TCU, ganham a classe médica e a população, afinal, a AMB irá contribuir com os debates, a criação de diretrizes e ações visando um atendimento de qualidade e ético à população, e em defesa da autonomia médica”, destaca Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.*

No dia 1º de julho, o presidente da AMB esteve em audiência com o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, para falar sobre as políticas de enfrentamento da doença pandêmica no Brasil. A reunião teve também a presença do secretário de Atenção Primária da Saúde, Raphael Câmara.

“No encontro ficou estabelecido um canal de diálogo direto com o ministro da Saúde e os demais membros da Pasta, que enfatizaram que estão de portas abertas para ouvir as recomendações da classe médica para as tomadas de decisões”, explica Lincoln Ferreira. Além das reivindicações da classe, os participantes estabeleceram parcerias e abordaram situações especiais do combate, como aquela encontrada em

Roraima, com o fluxo migratório na fronteira com a Venezuela.

Outros participantes da audiência foram o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Mauro Luiz Britto Ribeiro, e o presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), Walter Palis.

DEBATE SOBRE O TRATAMENTO PRECOCE DA COVID-19

No dia 3 de julho, o Ministério da Saúde promoveu uma videoconferência sobre orientações, estudos e protocolos utilizados no tratamento precoce da Covid-19. O evento contou com especialistas de todas as regiões do Brasil e com o presidente da AMB.

Lincoln Ferreira falou sobre a importância da autonomia do médico durante momentos de crise como o atual. *“O que nós estamos tratando aqui é de questão de autonomia profissional, que mais do que nunca se fundamenta no conteúdo da nossa profissão, ou seja, médicos bem formados dos pontos de vista técnico, ético e humanístico, que trazem para a mesa de discussão a necessidade de um sistema de saúde robusto, além de muitos dos problemas que enfrentamos, como a falta de EPIs, e que conseguem avaliar o que pode e deve ser melhor para o seu paciente e na sua conduta”, disse na transmissão.*

ATUAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A AMB também tem participado da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que tem a função de acompanhar o enfrentamento da pandemia causado pela Covid-19 no Brasil. No dia 14 de julho, Lincoln Ferreira debateu na Comissão o impacto da pandemia nos programas de residência médica.

“A Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) precisa ter mais respaldo e ser mais atuante. A questão da falta de reajuste na bolsa do residente médico, por exemplo, tem impactado cada vez mais o interesse dos jovens médicos nos Programas de Residência Médica (PRMs) do Brasil. Isso deve ser revisto quanto antes”, disse durante a sessão.



Reunião realizada em 21 de agosto na sede da Opas Brasil para abordar as estratégias de abastecimento de medicamentos durante a pandemia

Outra participação efetiva da AMB na Câmara dos Deputados aconteceu em 25 de junho, no debate sobre telemedicina, teleconsulta e aspectos remuneratórios no pós-pandemia, também com participação de Lincoln Lopes Ferreira.

Na ocasião, Lincoln defendeu uma legislação adequada das diretrizes de proteção da relação entre médicos e pacientes, sobretudo na prática de atendimentos realizados a distância. *“Esses atendimentos não podem ser vistos ou praticados como substitutos da consulta médica presencial ou usados para cortar custos.”* O presidente da AMB também ressaltou a necessidade de muito cuidado para que não ocorra a prática ilegal da medicina com médico presente somente numa das pontas da comunicação e com a presença de outro profissional junto com o paciente, realizando exame presencial.

COMITÊ DE CRISE

Em 21 de agosto, foi realizada reunião do Gabinete de Crise do Ministério da Saúde, na sede da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), para abordar as estratégias de abastecimento de medicamentos, painel epidemiológico Covid-19 e a transferência dos recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. A reunião contou com a presença do presidente da AMB, Lincoln Lopes Ferreira e de Alexandre Menezes, 2º vice-presidente do CFM.

Já no dia 11 de setembro, a reunião ordinária do Gabinete de Crise foi realizada pelo Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa (DGIP). Além de Lincoln Ferreira, o encontro contou com a presença de Rosylane Rocha, conselheira do CFM. “Foi

um momento importante no qual debatemos ações imprescindíveis para o combate da Covid-19 no País, visando a melhoria do atendimento à população no âmbito do Sistema Único de Saúde, além de uma excelente oportunidade para voltarmos a falar sobre o impacto da pandemia nos Programas de Residência Médica no Brasil”, pontua Lincoln Ferreira.

O presidente da AMB também participou, no dia 22 de setembro, da Reunião Ordinária do Gabinete de Crise para debater a logística para distribuição de medicamentos no País. Na reunião também foram discutidas demandas da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) sobre a disponibilização do fármaco ‘heparina’, medicação essencial para terapias como a hemodiálise.



Lincoln Lopes e Rosylane Rocha, conselheira do CFM, em reunião ordinária do Gabinete de Crise



Lailson dos Santos

César Eduardo Fernandes é eleito Presidente da AMB

A “Chapa 2 - Nova AMB” é eleita para assumir a entidade no triênio 2021/2023. Novos delegados e Conselho Fiscal também foram definidos no pleito

POR LORRAINE SOUZA E RODRIGO AGUIAR

A Chapa 2 – Nova AMB, liderada pelo ginecologista César Eduardo Fernandes, foi eleita para a diretoria da Associação Médica Brasileira (AMB), triênio 2021/2023, cujo mandato começa na primeira semana de janeiro. Dentre os 19 diretores eleitos, oito membros são do estado de São Paulo, dois do Paraná, dois de Minas Gerais, dois do Distrito Federal e dois da Bahia. Completam a diretoria os representantes do Pará, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

César Fernandes já presidiu a Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp), entre 2010 e 2013, e a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), de 2016 a 2019. Graduiu-se pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Lá, fez residência médica em ginecologia e obstetrícia, mestrado e doutorado em tocoginecologia. Além disso, é livre-docente pela Universidade Federal da Bahia e professor titular da Faculdade de Medicina do ABC.

Após a homologação pela Assembleia de Delegados do julgamento realizado pelo Conselho Deliberativo da AMB, César Fernandes comemorou: “Estou extremamente feliz pela vitória do grupo que tenho a honra de encabeçar, que venceu as eleições da AMB, foi proclamado pelo Conselho Deliberativo e homologado pela Assembleia de Delegados. Agradeço a todos que votaram em nós e asseguro que teremos uma gestão sem partidismo ou revanchismo. A Associação Médica Brasileira é de todos e só terá duas bandeiras em nossa gestão: o bom exercício da medicina, digno, acolhedor e com remuneração digna; e a boa assistência, com comprometimento e resolutividade para a população”.

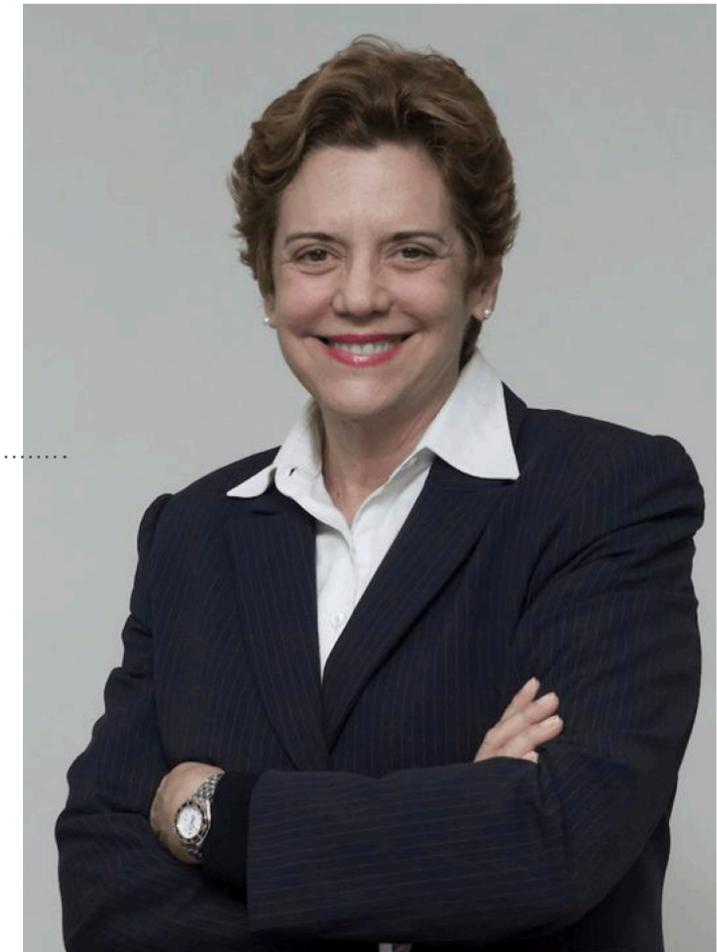
RGA/Timbro



Para Lincoln Ferreira, eleito para a presidência da AMB em 2017 e atual presidente da AMB, “Concluído o processo eleitoral, gostaria de cumprimentar a todos que dele participaram e felicitar os vencedores, desejando-lhes uma profícua gestão”.

Eleita como 1ª vice-presidente da AMB, a pediatra Luciana Rodrigues da Silva, que será a primeira mulher a ocupar o cargo, comemorou a conquista: “Todos assumirão seus cargos comprometidos com a transparência, a autonomia na relação com o governo, a qualificação da assistência, a valorização dos médicos e o reconhecimento da ciência como balizador da tomada de decisões. Entendo ser este um momento histórico para a medicina brasileira”. E concluiu Luciana, que também é presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria: “A pandemia de Covid-19 tem exigido dos médicos, dos outros profissionais da saúde e da população em geral um grande empenho no seu combate, colocando em evidência aqueles que atuam na linha de frente contra o coronavírus”.

Luciana foi presidente da Sociedade Baiana de Pediatria (Sobape) entre 1994 e 1996. É professora titular de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro permanente do curso de pós-graduação em Medicina e Saúde, e do curso de pós-graduação Processos Interativos de Órgãos e Sistemas. Em 2016, tornou-se a primeira mulher a assumir a presidência da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), sendo reeleita para mais uma gestão em 2019. Com mais de 20 anos de atuação na instituição, ela já havia sido vice-presidente duas vezes e por três mandatos presidente do Departamento Científico de Gastroenterologia.



DESAFIOS

O novo presidente da AMB quer unidade dos médicos e da sociedade para repassar o sistema da saúde do Brasil a limpo. “O Sistema Único de Saúde, nosso SUS, é uma proposta admirável e vanguardista em termos de integralidade e universalidade da assistência. Todos os médicos brasileiros compartilham essa opinião, assim como temos admiração internacional pelo formato do SUS. Ocorre que, entre a teoria e a prática, há uma distância que só cresce, em virtude de falta de vontade política, insuficiência de investimentos, equívocos em gestão, corrupção e por aí segue”, enumera César Fernandes.

Segundo Fernandes, os reflexos desse conjunto de dificuldades foram sentidos de maneira perversa na pandemia. “Não estávamos – como não estamos – preparados para responder nem a demandas simples quanto mais às graves. Perdemos e continuamos computando óbitos de milhares de brasileiros, entre os quais colegas médicos. Saúde é coisa séria, trata de vidas, não pode ser levada ao improvisado ou aos ventos de ideologias. Temos de unir médicos, todas as nossas entidades, assim como a sociedade para repensar o sistema brasileiro, para tratar a saúde como política de Estado, não como questão partidária. O Brasil não pode adiar essa urgência de seus cidadãos. A Nova AMB chamará para esse debate instituições como OAB, CNBB, entre outras. Queremos o País todo envolvido em um pacto nacional por saúde aos brasileiros. Um país respeitável se faz com gente saudável e bem cuidada”, garante.

Sobre os desafios da formação médica, o presidente eleito pontua que é extremamente difícil manter um nível qualificado de educação médica, mesmo nas grandes instituições de ensino. “Preocupa-me extremamente a abertura indiscriminada de novas escolas médicas. Acredito que a maioria não tem condição de formar um grande profissional. Defendo, portanto, uma

política de revisão das liberações de funcionamento das escolas. E que, claro, não haja continuidade de faculdades que não reúnam condições. Do mesmo modo, defendo reavaliação sistemática, criteriosa e justa a todos os programas de residência médica para checar se possuem as competências exigidas pelo Ministério da Educação.”

PROCESSO ELEITORAL 2020

Iniciado em 2 de abril, com a publicação do edital das eleições e do calendário eleitoral 2020, o processo eleitoral da AMB teve inscrições de chapas para a diretoria, delegados e conselho fiscal abertas entre 20 de julho e 3 de agosto. E período de votação entre 21 e 31 de agosto.

A AMB contratou sistema de captura de votos por meio eletrônico da Scytl. E ofereceu para as Federadas que quisessem aderir sem custo. Exceção feita ao Paraná e a São Paulo, todas as demais Federadas aderiram ao sistema contratado pela AMB.

Tanto São Paulo quanto Paraná contrataram o mesmo sistema, em outros dois contratos separados. Paraná também teve voto presencial com cédulas em papel.

Depois da captura dos votos, de acordo com o Estatuto Social da AMB, o processo eleitoral da entidade, que se realiza a cada três anos, é concluído quando o conselho deliberativo julga as eleições e proclama os eleitos. O Conselho Deliberativo da AMB é formado pelo presidente e secretário-geral da AMB, pelos presidentes de todas as Federadas, por representantes do Conselho de Especialidades, composto por 27 Sociedades de Especialidade, e um representante indicado pelo Conselho Federal de Medicina.

CONHEÇA OS MEMBROS DA “CHAPA 2 – NOVA AMB” ELEITOS PARA GESTÃO DO TRIÊNIO 2021/2023



PRESIDENTE
César Eduardo Fernandes (SP)



1ª VICE-PRESIDENTE
Luciana R. da Silva (BA)



2ª VICE-PRESIDENTE
Jurandir M. Ribas Filho (PR)



VICE-PRESIDENTE NORTE
Mariane Franco (PA)



VICE-PRESIDENTE NORDESTE
Roque S. de Andrade (BA)



VICE-PRESIDENTE CENTRO-OESTE
César Galvão (DF)



VICE-PRESIDENTE SUDESTE
Agnaldo L. Filho (MG)



VICE-PRESIDENTE SUL
Oscar Dutra (RS)



SECRETÁRIO-GERAL
Antônio José Gonçalves (SP)



1ª SECRETÁRIA
Maria Rita de Souza Mesquita (SP)



1º TESOUREIRO
Akira Ishida (SP)



2º TESOUREIRO
Lacildes Rovella Júnior (SP)



DIRETOR RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Carlos V. S. Junior (SP)



DIRETOR CIENTÍFICO
José Eduardo Lutaif Dolci (SP)



DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL
José F. Macedo (PR)



DIRETOR DE ATENDIMENTO AO ASSOCIADO
Carlos A. G. dos Santos (ES)



DIRETORA CULTURAL
Rachel Guerra de Castro (MG)



DIRETOR ACADÊMICO
Clóvis Francisco Constantino (SP)



DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES
Luciano G. de S. Carvalho (DF)



RGATimbro

Reunião do Conselho Deliberativo da Associação Médica Brasileira foi realizada de forma online, partir do auditório da sede da entidade, localizada em São Paulo

Em 2020, a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da AMB ocorreu de forma virtual no dia 22 de outubro. A mesa da reunião foi presidida por Lincoln Ferreira, presidente da AMB, e secretariada por Antônio Jorge Salomão, secretário-geral da AMB. Também esteve presente para acompanhar a reunião um tabelião, que ficou encarregado de registrar em ata notarial toda a reunião. A transmissão foi realizada a partir do auditório localizado na sede da AMB, em São Paulo. Cumprindo a sua obrigação estatutária, o Conselho Deliberativo homologou os resultados das Eleições e proclamou a “Chapa 2 - Nova AMB” eleita para a gestão 2021-2023.

POSSE DOS DELEGADOS 2020/2023

Em assembleia realizada no dia 23 de outubro, às 9h, foram empossados os delegados da AMB para 2020/2023. Realizada também de forma on-line, a Assembleia conduzida a partir do auditório da AMB, onde estavam presentes o presidente da entidade, Lincoln Ferreira, o secretário-geral, Antônio Jorge Salomão, e o staff responsável pelo apoio à mesa e pela transmissão.

Em votação realizada logo no início da assembleia, José Luiz Gomes de Amaral foi eleito o presidente da reunião e dirigiu-se até a sede da AMB para poder conduzir os trabalhos ao lado dos representantes da AMB.

Na sequência, o 1º Tesoureiro da AMB, Miguel Roberto Jorge, apresentou a situação financeira da entidade e os números referentes a 2019, que já haviam sido aprovados pelo Conselho Fiscal previamente. Ao final da apresentação, houve votação e as contas do referido período foram aprovadas.

Também foi apresentada por Lincoln Ferreira, para conhecimento da Assembleia de Delegados, a tramitação nas esferas judiciais e policiais do caso dos desvios de recursos da AMB (período entre 2008 e 2018) feitos por ex-funcionária do financeiro da entidade que lá trabalhava há quase 30 anos. O esquema foi descoberto e desmantelado pela atual diretoria menos de seis meses depois de assumir a entidade.



Também foram lidas as atas das assembleias anteriores e aprovadas, assim como as atas das reuniões do Conselho Deliberativo. Ao final foi dada posse à diretoria eleita pela “Chapa 2 - Nova AMB” e aos delegados eleitos (veja quadro na página 29) nos 26 estados e no Distrito Federal.

Na mesma sexta-feira, após as 14h, ocorreu a primeira assembleia dos delegados eleitos, juntamente com os presidentes de Federadas que compõem a Assembleia de Delegados. Durante a reunião foram apresentados os conteúdos já expostos na assembleia matutina. Além disso, foi submetida e aprovada pela nova Assembleia de Delegados a previsão orçamentária para o ano de 2021, sem reajuste das contribuições associativas. Também houve a eleição do novo Conselho Fiscal da AMB.

O status da segunda fase da investigação do caso, que abrange o período entre 1998 e 2007, também foi apresentado aos membros da assembleia. A previsão é que o relatório final feito pela auditoria KPMG seja entregue no início de dezembro.

CONSELHO FISCAL



TITULAR
José Carlos Raimundo Brito (BA)



TITULAR
Luiz Carlos João (SP)



TITULAR
Nerlan T. G. de Carvalho (PR)



SUPLENTE
Francisco José Rossi (DF)



SUPLENTE
Juarez Monteiro Molinari (RS)



SUPLENTE
Márcia Pachiega Lanzieri (SP)

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA AMB

O triênio 2021/2023 terá uma Assembleia de Delegados significativamente menor, comparada à do triênio 2017/2020, pois em 2020 foi identificada uma expressiva queda no número de associados efetivos e quites em todo o Brasil, o que levou à redução do número de delegados dos principais estados brasileiros: Paraná, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Segundo o Estatuto Social da AMB, para cada bloco de 500 associados efetivos e quites na data-base de 30 de junho do ano eleitoral, o estado tem direito a eleger um delegado para as assembleias da AMB. Quanto mais associados efetivos e quites possuir, mais delegados podem ser eleitos pelo estado, resguardando-se,

em qualquer hipótese, o número mínimo de um delegado eleito.

Além dos delegados eleitos, fazem parte da Assembleia de Delegados da AMB os presidentes das 27 Federadas da entidade de cada um dos estados e do Distrito Federal.

Até 10 de julho de 2020, cada uma das Federadas apresentou uma relação nominal e completa de associados efetivos e quites na data-base de 30/06/2020. Em seguida, com a conferência das informações para aferir o status de quite aos associados efetivos, a AMB calculou o número de delegados (na proporção de 1/500) e informou todas as Federadas.



Assembleia Geral e de Delegados da AMB foram realizadas no dia 23 de outubro

DELEGADOS DA AMB NOS ESTADOS

TITULARES

UF	NOME	UF	NOME
AC	Ana Isabel Coelho Montero	RR	Niilo Brandão Neto
AL	Rafael Martins Cunha	RS	Mirian Beatriz Gehlen Ferrari
AP	Isaias Fiuza Cabral		Stela Maris Scopel Piccoli
AM	Mauro Giovanni Lippi Filho		Juarez Monteiro Molinari
	Robson Freitas de Moura	SC	Remacho Fischer Junior
BA	Nivaldo Menezes Figueiras Filho	SE	Petronio Andrade Gomes
	Dejean Sampaio Amorim Filho		CHAPA 1
CE	Valdenrique Macedo de Sousa		José Luiz Gomes do Amaral
	Dennis Alexander Rabelo Burns		João Sobreira de Moura Neto
DF	Doris Oliveira Luz Daher		Florisval Meinão
	Ulysses Rodrigues de Castro		Jorge Carlos Machado Curi
	Jaldo Aguiar Barbosa		Guido Arturo Palomba
	Francisco Machado da Silva		João Eduardo Charles
ES	Moacir Soprani		Everaldo Porto Cunha
GO	João Bosco Machado da Silveira		Ivone Minhoto Meinão
	Mauro Cesar Viana de Oliveira		Marun David Cury
MA	Lincoln Lopes Ferreira		Renato Azevedo Júnior
	Vera Helena Ceravolo de Oliveira		Silvia Helena Rondina Mateus
	José Afonso Soares		Antonio Carlos Endrigo
	Odilon Gariglio Alvarenga		Edemilson Cavalheiro
MG	Maurício Leão de Rezende		Ana Beatriz Soares
	Luiz Gustavo Orlandi de Souza		Antonio Célio Camargo Moreno
MS	Sérgio Luis Reis Furlani	SP	Claudio A. Galvão Bueno Da Silva
	Aurelio Abdias Sampaio Ferreira		Claudio Graieb Sarno
MT	José Rufino Costa dos Santos		CHAPA 2
PA	Debora Eugênia Braga Nobrega Cavalcanti		Irene Abramovich
	Gilson Edmar Gonçalves e Silva		Delcides Zucon
PB	Gerardo Vasconcelos Mesquita		Angelo Vattimo
	Jurandir Marcondes Ribas Filho		Jose Roberto de S. Baratella
PE	Jairo Sponholz Araujo		Leontina da Conceicao Margarido
	José Jacyr Leal Junior		Krikor Boyacian
PI	José Fernando Macedo		Eddy Nishimura
	Romulo Capello Teixeira		Gilmar Fernandes do Prado
RJ	Zelina Maria da Rocha Caldeira		Silvio Sozinho Pereira
	Emilio Cesar Zilli		Americo Olimpio Passos Correa
RN	Luiz Eduardo Barbalho de Melo		Nabil Ghorayeb
RO	Roberto Melo de Mesquita		CANDIDATURAS INDIVIDUAIS
		TO	Wilson Olegário Campagnone
			Ademar Anzai
			Eduardo Komka Filho

SUPLENTES

UF	NOME	UF	NOME
AC	Antonio Clementino da Cruz Jr	RO	Rodrigo Pascoal Azevedo
AL	-	RR	Simon Thomas Salomão
AP	Roberto Marcel Soares Alves	RS	Albino Julio Sciesleski
AM	Angela Maria Loureiro da Silva		Rogério Fett Schneider
BA	Heitor Carvalho Guimarães		Ricardo Irajá Hegele
	Cláudia Galvão Pedreira	SC	Rafael Klee de Vasconcellos
CE	Maria do Socorro Mendonça de Campos	SE	Roberto Queiroz Gurgel
	Antônio Aldo Melo Filho		CHAPA 1
DF	Ivan de Faria Malheiros		Clovis Acúrcio Machado
	Aloisio Nalon de Queiroz		David Alves de Souza Lima
	Volnei Paulino Ferreira Teixeira Mendes		Fatima Maria Aparecida Ferreira Bastos
	José Nava Rodrigues Neto		Flavio Augusto Pastore
ES	Alberto Henrique Barbosa		Lourdes Teixeira Henriques
	Almir Guio		Mario da Costa Cardoso Filho
GO	Syd de Oliveira Reis		Osmar Antonio Gaiotto Júnior
MA	Gutemberg Fernandes de Araujo		Paulo Cezar Mariani
	Maria Ines Miranda Lima		Alice Antunes Mariani
MG	Sinara Monica de Oliveira Leite		Paulo Gil Katsuda
	Maria das Graças Pimenta Sanna		Paulo Tadeu Falanghe
	Soraya Neves Marques Barbosa dos Santos		Renato Monteiro
	Sergio Alvim Leite		Roberto Lotfi Júnior
MS	Moacyr Basso Junior	SP	Sara Bittante da Silva Albino
	Débora Marchetti Chaves Thomaz		Ruy Charles Cardoso de Souza
MT	João José A. de Lamônica Freire		Marcos Cabello dos Santos
PA	Tereza Cristina de Brito Azevedo		Roberto Vaz Piesco
	Fernando Antonio Florencio dos Santos		CHAPA 2
PB	Claudio Renato Pina Moreira		Helio Arthur Bacha
	Jonatas Melo Neto		Vicente Jose Salles de Abreu
PR	Ruddy Cesar Facci		Mauricio Mota de Avelar Alchorne
	Keti Stylianos Patsis		Mario Hiroyuki Egami
RJ	Carlos Roberto Naufel Junior		Marly Aparecida Lopez Alonso Mazzucato
	Cláudio Tomuo Hayashi		Luiz Carlos Souza Sampaio
RN	Marcia Ramos Madella		Carmita Helena Najjar Abdo
	Margarida Machado Gomes		Martha Ottoni Porto D Amorim
RO	Valéria Patrocínio Teixeira Vaz		Luciana Aikawa
	Henrique Augusto Lima dos Santos		Eliandre Costa Palermo
			Alfredo Soares Cabral Junior
			CANDIDATURAS INDIVIDUAIS
			Lucas de Oliveira Quessada
			José Raphael de Moura Campos Montoro
			Nilson Correa Macedo Jr

Pesquisa vai avaliar impactos da Covid-19 na vida do médico

Promovido pela AMB e SBC, estudo busca identificar e promover ações em prol da classe médica

POR ANA CAROLINE DE AQUINO CHAVES

Com o objetivo de avaliar o psicotrauma, a resiliência e a qualidade de vida dos médicos brasileiros durante a pandemia de Covid-19, a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) lançaram a pesquisa Psyqualy-Covid. Os resultados da pesquisa deverão ser publicados no fim deste ano e nortearão as ações de melhorias das entidades para a classe médica.

“O estudo está sendo enviado para médicos de todas as especialidades e de todo o Brasil. Contamos com a participação de todos, estejam envolvidos diretamente ou não no atendimento dos pacientes com Covid-19”, explica Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

Depressão, insônia e ansiedade grave são alguns dos transtornos psicológicos relacionados à Covid-19 que vêm sendo identificados nos médicos, independentemente de estarem lidando ou não com o enfrentamento da doença.

A pesquisadora e cardiologista Glaucia Moraes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembra que há diferentes perfis de atuação médica no atual contexto. *“Desde aqueles que estão na linha de frente, outros que trabalham em setores diagnósticos ou em diferentes especialidades, mas que também estão expostos ao contágio e ao estresse, até aqueles que, por pertencerem a grupos de risco, encontram-se afastados do trabalho”,* observa.

Nos profissionais que estão lidando diretamente com a Covid-19, percebe-se a presença do medo de não levar a doença para seus familiares, além do envolvimento com os entes dos pacientes que vão a óbito, já que, em muitos casos, há mais de um paciente fatal na mesma família.

Marcus Bolívar Malachias, coordenador da pesquisa e professor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, pontua que são muitas as condições que podem afetar a qualidade de vida e o equilíbrio emocional desses profissionais. *“Como a possibilidade de dano moral, a preocupação com a responsabilidade legal, o temor de exposição de membros da família vulneráveis à infecção e até a transferência de locais de trabalho para atuar em ambientes não habituais. Todos esses pontos são avaliados no estudo”,* aponta o cardiologista.

O Sindicato dos Médicos de São Paulo contabilizou 244 médicos mortos em todo o Brasil em decorrência da Covid-19, no período de 22 de março a 2 de setembro. *“Como toda a população, um grande número de médicos brasileiros vem contraindo a Covid-19. Felizmente, a maior parte tem se recuperado, mas ocorreram óbitos e há os que desenvolveram sequelas, além de muitos que vivenciaram a perda de entes queridos e pacientes, cujos reflexos físicos e psíquicos precisam ser avaliados”,* destaca o cardiologista Antônio Carlos Chagas, professor da Faculdade de Medicina da USP e diretor científico da AMB.

Outra preocupação iminente para os médicos foi a falta de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). Para garantir a segurança dos profissionais da saúde e tirar deles mais essa preocupação, a Associação Médica Brasileira e suas Federadas vêm entregando EPIs a diversos hospitais brasileiros (veja na página 38).

A psiquiatra, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e diretora da AMB, Carmita Abdo, que também faz parte da pesquisa, afirma que *“situações traumáticas podem promover diferentes respostas em cada indivíduo, havendo a necessidade de se estimar o nível de estresse pós-traumático neste grande universo de médicos do País. Por isso vamos utilizar a Psyqualy-Covid para conhecer os reflexos desse contexto na saúde desses profissionais e assim desenvolvermos ações assertivas”,* pontua Carmita.

O professor da Universidade Federal de Lavras (Ufla), de Minas Gerais, e diretor de Pesquisas da SBC, David Brasil, avalia que *“a instabilidade econômica das instituições médicas, devido a períodos prolongados de suspensão de atividades eletivas, o estresse gerado por demissões, licenças e cortes e a redução da remuneração em muitas especialidades também têm sido fatores agravantes para os profissionais da saúde na pandemia”,* ressalta.

A PESQUISA

O estudo foi elaborado sob rígidas normas científicas e aprovado pelo comitê de ética em pesquisas para avaliar o psicotrauma, a resiliência e a qualidade de vida dos médicos brasileiros de todas as especiali-



dades durante a pandemia de Covid-19 por meio de questionários validados.

Segundo Marcelo Queiroga, presidente da SBC, *“embora já existam algumas pesquisas sendo realizadas sobre o tema, a Psyqualy-Covid foi estruturada com todo o rigor científico, utilizando questionários estruturados e validados para fazer o mais amplo diagnóstico do impacto psicossocial da pandemia sobre os médicos do País”.*

O respondente deve aceitar um minucioso termo de consentimento livre e esclarecido com detalhes da pesquisa e responder a um breve questionário destinado exclusivamente aos médicos brasileiros.

Para responder à pesquisa, acesse o site da AMB (www.amb.org.br) ou o da SBC (www.portal.cardiol.br).

Banco de Imagens

Pedro Henrique Tenerelli De Lucena/Timbro

Impacto da pandemia na residência médica

AMB participa de debates junto à Comissão Nacional de Residência Médica para minimizar os efeitos da Covid-19 na formação médica

POR ANA CAROLINE DE AQUINO CHAVES

Com a pandemia de Covid-19, muitos Programas de Residência Médica foram prejudicados. Alguns foram paralisados, e em outros os residentes foram deslocados para atuar na linha de frente no tratamento ao novo coronavírus. Esses médicos residentes deixaram de lado o aprendizado prático da sua área de especialização para tratar apenas dos doentes por Covid-19. Sem dúvida, o momento é de grande aprendizado, porém a Associação Médica Brasileira (AMB) teme o impacto disso na formação desses profissionais em suas áreas de especialização.

A AMB tem participado de todas as reuniões da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), da qual faz parte, para discutir soluções e garantir a qualidade dos Programas de Residência do País. O presidente da AMB, Lincoln Ferreira, reforça a importância de avaliar os impactos da pandemia no psicológico e na formação dos médicos. *“A residência é o período mais importante na formação de um médico e, mesmo diante de um cenário de pandemia, precisamos garantir que esses profissionais possam vivenciar todas as experiências essenciais”*, destaca.

Para Robson Freitas de Moura, 2º vice-presidente da AMB e presidente da Associação Bahiana de Medicina (ABM), o programa de residência médica no Brasil precisa ser repensado. *“Muitos residentes tiveram as áreas de treinamento desconfiguradas porque parte dos hospitais passou a se dedicar ao atendimento e combate à Covid-19”*, pontua.

De acordo com Euler Sauaia, presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), os programas de residência médica que envolvem as áreas cirúrgica e esportiva são os mais afetados. *“A drástica diminuição de procedimentos eletivos e a paralisação das atividades esportivas têm feito*



com que muitos residentes nos procurem, a preocupados com a sua formação e com o futuro profissional”, avalia.

DEBATE NA CÂMARA

Em 14 de julho, Lincoln Ferreira participou de um debate virtual da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que acompanha ações de combate ao novo coronavírus, para falar sobre a situação da residência médica durante a pandemia.

“A Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) precisa ter mais respaldo e ser mais atuante. A questão da falta de reajuste na bolsa do residente médico, por exemplo, tem impactado cada vez mais o interesse dos jovens médicos nos Programas de Residência Médica (PRMs) do Brasil. Isso deve ser revisto quanto antes”, destaca Lincoln.

No encontro, Lincoln Ferreira também destacou o levantamento feito pela AMB com as Sociedades de Especialidade filiadas à entidade sobre os impactos da pandemia de Covid-19 nos PRMs. Foram compilados neste material as pre-

ocupações, situações prejudiciais e até mesmo sugestões de soluções enviadas pelas Sociedades de Especialidade para seus programas de residência. O documento foi entregue à CNRM em 18 de junho e até o momento a AMB não teve retorno.

“Infelizmente estamos com dificuldades em dar um posicionamento aos médicos residentes e, principalmente, às nossas Sociedades de Especialidade sobre o que irá acontecer com os Programas de Residência Médica do País no pós-pandemia. Precisamos de uma solução para exercermos nossas atividades e garantir uma formação médica de qualidade”, pontua.

O presidente da AMB também ressaltou a importância da atuação do Poder Legislativo em defesa dos médicos residentes do Brasil.

“A AMB seguirá atuando fortemente para que a residência médica seja preservada durante este momento atípico e desafiador para a medicina como um todo, de modo que seja garantida aos médicos a formação adequada, para que possam atender a população com excelência e qualidade”, destaca Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB.

Amrigs agora conta com uma usina de energia solar

POR CELINA LOPES

Desde março a Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs) conta com a captação de energia solar por meio de placas fotovoltaicas, mostrando uma visão de sustentabilidade e de economia proporcionada pela tecnologia.

Os geradores de energia utilizam a energia do sol como único combustível e assim a Amrigs se adequa a uma tendência de futuro, já que preserva o meio ambiente e o ecossistema, pois não é poluente, não influencia o efeito estufa e não precisa de turbinas ou geradores para a produção de energia elétrica.

Numa área total de 1.284 m², os 584 módulos fotovoltaicos foram instalados no alto dos prédios da sede da Federada e acima das áreas de estacionamento, que fazem a sombra para os automóveis.

“O objetivo é nos adequar a uma tendência de futuro, uma vez que a energia solar é apontada como uma das mais promissoras e sustentáveis”, afirma o presidente da Amrigs, Alfredo Floro Cantalice Neto.

Com potência total de 230 kWp e capacidade anual de geração de energia de 290 mil kWh, a estrutura, suficiente para abastecer 160 residências, gera um ganho ambiental equivalente a 2 mil árvores plantadas no ano e poupa a emissão de 35 toneladas de gás carbônico — um dos culpados pelo fenômeno do efeito estufa.

O gerente-geral da Amrigs, Ronald Greco, lembra que essa opção é viável a todos. *“É possível instalar as placas no alto de sua estrutura, mesmo que seja um espaço pequeno, para atender parte da demanda”, informa.*



Ronald Greco, gerente geral, e Alfredo Floro Cantalice Neto, então presidente da Amrigs, acompanhando a instalação das placas fotovoltaicas



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE, por meio da sua Diretoria, devidamente representada pelo sua Presidente, Dr^a Maria do Socorro Mendonça de Campos, em consonância com o estabelecido nos artigos 7 e 7.1.2 e seguintes do Estatuto Social da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica - CIPE, vem, por meio deste edital, **CONVOCAR** todos os associados para participação na **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, nos seguintes termos e condições:

1. A assembleia geral extraordinária terá por objeto a discussão e aprovação da possibilidade de prorrogação do mandato da atual Diretoria até a realização de eleição para respeitar os prazos mínimos previstos no Estatuto da CIPE haja vista a situação excepcional de pandemia – Covid-19;
2. A assembleia geral extraordinária a que se refere o item anterior será realizada no dia 15 de janeiro de 2021, às 19h, sendo publicado o edital no *Jornal da CIPE* ou *Jornal da AMB (Jamb)*, pela internet, conforme autoriza a lei 14.010/2020, utilizando plataforma *on-line* e com transmissão ao vivo para os associados e demais interessados, sendo que o link de acesso à referida plataforma será disponibilizado pela Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE, com no máximo 24 horas de antecedência, respeitando-se, pois, o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência a que se refere o artigo 7.2 do Estatuto Social da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE;
3. O quórum de instalação se dará nos termos do artigo 7.3 do Estatuto Social da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE: “Na Assembleia Geral da CIPE, em primeira convocação, deverá estar presente a maioria simples de seus associados Titulares ou Remidos, sendo presidida pelo Presidente da CIPE ou seu substituto estatutário. Não obtido o quórum, a Assembleia Geral será instalada em segunda convocação, meia hora após, com um terço (1/3) dos associados Titulares e Remidos. Ainda não sendo atingido este quórum, a Assembleia será instalada, em terceiro e última convocação, meia hora depois, com qualquer número de associados Titulares e Remidos, sendo válidas as deliberações tomadas pela maioria dos Titulares e Remidos presentes com direito a voto”;
4. Considera-se maioria simples, para fins de verificação de quórum a que se refere o item anterior, o primeiro número inteiro imediatamente superior à metade;
5. Por força do artigo 7.2.3, apenas os associados que estiverem quites com a tesouraria da CIPE e os Remidos poderão exercer o direito de voto;
6. De acordo com o artigo 14.8, do Estatuto Social da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE, o voto é direto e não será permitido o seu exercício por meio de procuração (instrumento de mandato);
7. Dúvidas sobre a presente convocação extraordinária poderão ser enviadas para o endereço eletrônico da CIPE - secretaria@cipe.org.br.

São Paulo, 26 de outubro de 2020.

Maria do Socorro Mendonça de Campos
Presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica - CIPE

Preços de medicamentos anestésicos aumentam no País

Com o aumento dos casos graves de Covid-19, os insumos anestésicos chegaram a zerar em alguns estados brasileiros

POR LORRAINE SOUZA



Banco de imagens

A demanda por sedativos e anestésicos na pandemia é tão alta que o consumo em 30 dias equivale ao de todo o ano de 2019

que estão nos planos de contingência dos estados.

“A Associação Médica Brasileira apresentou ao Ministério da Saúde e à comissão externa

de ações contra o coronavírus da Câmara dos Deputados sua preocupação em relação ao assunto e cobrou a investigação e regularização da situação”, pontua o presidente da AMB, Lincoln Ferreira.

NORMALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

O Ministério da Saúde anunciou em entrevista coletiva *on-line* no dia 25 de agosto uma ação estratégica que foi implementada para tentar suprir a demanda de medicamentos necessários a pacientes intubados em UTI, que estão em falta em razão da epidemia de Covid-19.

Segundo o Ministério, mais de 4 milhões de unidades desses medicamentos teriam sido enviados da União aos estados e municípios onde estão em falta, nos últimos dois meses.

Com o agravamento da pandemia de Covid-19, hospitais pelo Brasil enfrentam um novo problema: o aumento nos preços de insumos básicos, principalmente de anestésicos e sedativos para pacientes que estão nas UTIs. Os estoques de algumas unidades de saúde estão no limite e, em muitas instituições, o uso de anestésicos chegou a ser poupado para casos de urgência e/ou maior gravidade.

Um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) em junho concluiu que faltam medicamentos para pacientes internados nas UTIs de 21 estados e no Distrito Federal. Outro levantamento divulgado em julho indicou que os fármacos utilizados no processo de intubação estavam com sobrepreço de até 287%, comprometendo boa parte do orçamento dos hospitais. A análise do Conass foi feita em cerca de 1.500 estabelecimentos de saúde

De acordo com Luiz Franco Duarte, secretário de Atenção Especial à Saúde, foi preciso lançar mão de diferentes iniciativas para conseguir os medicamentos que estavam em falta. Entre as medidas excepcionais, foi feita uma centralização dos estoques de empresas nacionais que fabricam esses medicamentos, houve uma negociação com empresas uruguaias fabricantes de alguns fármacos, um pregão eletrônico para aquisição de outras e um acordo com instituições privadas (Unimed-RJ e Grupo D’Or) para compartilhamento de estoques.

MEDICAMENTOS DO URUGUAI

O Ministério da Saúde comprou de empresas uruguaias um total de 54.867 unidades de medicamentos usados no auxílio da intubação de pacientes em UTI, que se encontram em estado grave ou gravíssimo devido à pandemia do novo coronavírus. A compra foi feita no dia 18 de julho e entregue pelos militares das Forças Armadas às secretarias de Saúde do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que estavam com os estoques de medicamentos baixos.

Os sedativos são utilizados em cirurgias e em UTIs e, por causa da pandemia, houve um consumo acelerado desse produto pelos pacientes em tratamento de Covid-19.

O secretário de Atenção Especializada do Ministério à Saúde, Luiz Otávio Franco Duarte, garantiu que a pasta busca todas as alternativas possíveis para solucionar o problema de desabastecimento do medicamento. *“Esses medicamentos estão em falta em todo o mundo. Estamos fazendo um ‘esforço de guerra’ para equalizar essa demanda no País e salvar vidas”,* explicou o secretário.

DADOS SOBRE MEDICAMENTOS

Em setembro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) disponibilizou um painel com dados sobre o monitoramento do abastecimento nacional de medicamentos de interesse ao enfrentamento da Covid-19. A ferramenta mostra informações sobre fabricação, importação e distribuição de fármacos utilizados em pacientes infectados pelo coronavírus (Sars-CoV-2), como anestésicos, sedativos e bloqueadores neuromusculares, entre outros.

No painel, o usuário encontrará dados sobre a fabricação e o estoque de itens produzidos no Brasil ou importados; informações de vendas e distribuição de medicamentos; dados sobre fármacos registrados pela Anvisa e a lista de preços dos produtos.

As informações do painel são referentes aos estoques disponíveis nas empresas fabricantes e importadoras. Os dados começaram a ser coletados no dia 14 de agosto e são atualizados diariamente, de acordo com a fabricação, importação e vendas desses produtos. Para tornar a navegação mais atrativa, o painel apresenta dados dos gráficos interativos que permitem ao usuário fazer consultas específicas sobre estados ou cidades.



Ministério da Defesa

Em julho, o Ministério da Saúde adquiriu quase 55 mil medicamentos anestésicos e sedativos do Uruguai



Divulgação pelo Twitter do governador do Estado

Antonio Carlos Weston, coordenador da Prova AMB/Amrigs e o gerente-geral da associação, Ronald Greco, entregam ao governador do RS, Eduardo Leite, 4 mil kits de EPIS

Mais segurança para os profissionais da saúde

AMB fecha parcerias para envio de 135 mil EPIS a médicos e profissionais da saúde que estão na linha de frente em combate à Covid-19

POR LORRAINE SOUZA

Para combater a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) e contribuir para a segurança dos médicos e profissionais da saúde que estão na linha de frente na luta contra a Covid-19, a Associação Médica Brasileira (AMB) tem contado com uma série de parceiros.

Desde maio deste ano, a entidade tem realizado a entrega de EPIS a unidades de saúde do Brasil. Na primeira fase, foram distribuídos 25 mil protetores faciais, do tipo *face shield*, em parceria com a Ambev, que produziu os equipamentos com o mesmo tipo de

material que utiliza nas garrafas de refrigerantes. Os EPIS foram enviados às Federadas para distribuição, tendo sido definidos os quantitativos e locais por meio de levantamento de necessidades realizado junto com as Federadas e tendo como base denúncias recebidas em plataforma desenvolvida pela AMB.

“Estamos em uma batalha difícil contra o coronavírus e ações como essas são importantes para contribuir para a segurança de médicos e demais profissionais de saúde”, comenta o vice-presidente da AMB, Diogo Sampaio.



Arquivo AMB-AP

José Mauro Secco, presidente da AMB-AP, entrega 2 mil kits de EPIS no Amapá



Arquivo AMB - RO

Aparício Carvalho de Moraes, presidente da AMB-RO, recebe a doação de 2 mil kits para serem doados a hospitais do estado



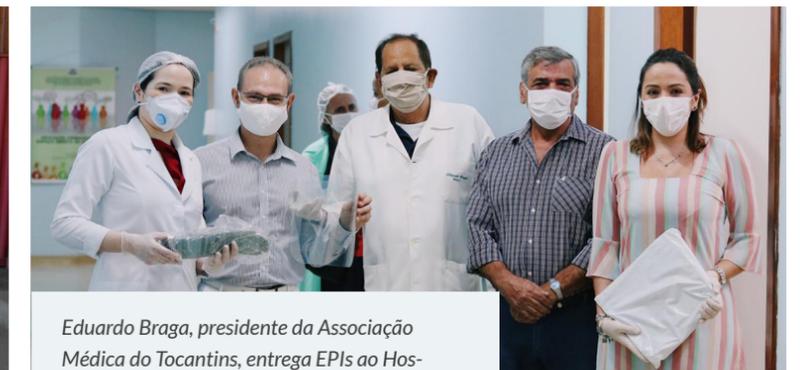
Arquivo Somerj

Marcondes Valois, da Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro, em entrega de EPIS ao Hospital Ari Parreira, em Niterói (Paulo Fernando)



Amac

Jene Greyce, presidente da Associação Médica do Acre, realizou a entrega de 650 kits de EPIS, além de 1,1 mil unidades de *face Shields* à Secretaria de Saúde do Acre. A entidade também doou 250 kits ao Lar dos Vicentinos



Arquivo AMT

Eduardo Braga, presidente da Associação Médica do Tocantins, entrega EPIS ao Hospital e Maternidade Dona Regina

Maria José Maldonado, presidente da Associação Médica de Mato Grosso do Sul, em entrega de face shields para o superintendente da Gestão Médico-Hospitalar do Hospital Santa Casa, Luiz Alberto Kanamura



Alexandre Cantarella Tironi, do Hospital Santa Rita de Cássia, recebe de Leonardo Lessa, presidente da Associação Médica do Espírito Santo, face shields enviados pela AMB



Daniela Ramos/AMIES

Leonardo Lessa, da Ames, também participa da distribuição dos kits doados pela Ambev e AMB na segunda fase da parceria



Arquivo AMIES

Nessa primeira fase, mais de 150 unidades de saúde do País receberam os materiais, que foram entregues pelas Federadas com o apoio das empresas WRJ, DHL e BBM, da área de logística e distribuição, para chegar aos estados.

Desde o dia 19 de março, a AMB recebeu quase 4 mil denúncias de falta de EPIs para o enfrentamento da Covid-19. Quase 70% apontam falta de óculos de proteção ou face shields, e mais de 85% a falta de máscaras PFF2. "Nosso muito obrigado aos parceiros que estão colaborando para que a AMB e suas Federadas levem segurança aos profissionais e estudantes", agradece Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

SEGUNDA FASE

A nova fase da parceria com a Ambev contempla a distribuição de 55 mil kits contendo luvas de nitrilo e máscaras PFF2. As entregas seguem sendo realizadas nos estados.

Diogo Sampaio recebe os 55 mil kits de EPIs doados pela Ambev



RGAV/Timbri

Robson Moura, presidente da Associação Bahiana de Medicina, recebe face shields enviados pela AMB para distribuir no estado



Arquivo AMB



Arquivo AMB

Ambev doa 55 mil kits com luvas de nitrilo e máscaras PFF2 para a AMB distribuir a unidades de saúde por meio das Federadas

Fernando Gomes de Andrade, presidente da Sociedade de Medicina de Alagoas e diretor cultural da AMB em entrega de kits de EPIs à Eliana Holanda Cavalcanti, vice-reitora do Hospital Universitário da Universidade Federal de Alagoas



Arquivo SMA

Conheça os parceiros que foram fundamentais para a realização da ação, garantindo assim mais segurança aos profissionais da saúde que estão na linha de frente em combate à Covid-19.

AMBEV

Sensibilizada com os dados de denúncias de falta de EPIs levantados pela AMB, a Ambev aceitou o convite para firmar uma parceria com a entidade para minimizar essa falta.

“Diante do momento que estávamos passando, vimos que deveríamos fazer o que estava ao nosso alcance para ajudar o Brasil e um dos caminhos foi contribuir com o ecossistema de saúde, com parceiros que pudessem amplificar nossas iniciativas, como a AMB, cuja atuação na pandemia foi de extrema relevância”, destaca Rodrigo Moccia, diretor de Relações Institucionais Ambev.

WRJ

“O momento é de união e solidariedade e tanto eu quanto a WRJ Logística queremos ajudar o País a vencer essa batalha”, comenta Paulo Winter, proprietário da WRJ Transportes e Logística. “Quando recebi o convite da AMB para transportar protetores faciais produzidos em parceria com a Ambev, para distribuição para vários hospitais do País, não tive a menor dúvida de que deveria aceitar, pois a empresa já se envolve em várias ações solidárias há algum tempo”, complementa.

WRJ realizando entrega de equipamentos de proteção em Salvador



A Ambev fez uma doação de kits de EPIs à AMB a partir da arrecadação feita no festival de música “One Team”, que foi transmitido em plataformas digitais



DHL

DHL

A DHL Express foi um dos parceiros da AMB na distribuição dos equipamentos de proteção para diversos locais do Brasil. “A sensação de fazer esta entrega foi maravilhosa, foi gratificante para nós! A DHL Express doou tempo e recursos em prol de uma causa tão nobre: ajudar a salvar e preservar vidas. Em tempos tão difíceis, um gesto de solidariedade contagia a todos! Nos sentimos como super-heróis em fazer parte desta ação. Sabemos da importância que é para os profissionais da área da saúde receber estes insumos tão essenciais para seguir na luta contra a Covid-19”, enfatiza Claudia Souza, diretora de Operações da DHL.



Equipe da DHL que realizou distribuição de EPIs

BBM

A BBM Logística foi uma das importantes parceiras na distribuição dos EPIs pela AMB.



BBM Logística

AMB retoma exames para obtenção de título de especialista

Aplicação dos exames havia sido cancelada devido à pandemia de Covid-19

POR ANA CAROLINE DE AQUINO CHAVES E LORRAINE SOUZA

Visando evitar aglomerações e contribuir com o combate ao novo coronavírus, a Associação Médica Brasileira, por meio da Portaria n. 005, de 18 de março de 2020, decidiu suspender temporariamente os Exames de Suficiência para Titulação de Especialista ou Certificação de Área de Atuação promovidos pela AMB e por suas Sociedades de Especialidade por 90 dias, desde a data de publicação do documento. Após esse período, a suspensão foi revogada por meio da Portaria n. 007, de 17 de junho de 2020, para que fossem imediatamente retomadas as publicações de editais, a realização e/ou continuidade dos exames. A Portaria n. 007 também definiu que as Sociedades de Especialidade deverão adotar ações preventivas para evitar a disseminação da Covid-19, bem como seguir as recomendações das autoridades locais, a fim de criar ambientes seguros de aplicação de provas.

A AMB é obrigada e comprometida a realizar anualmente prova de título de especialista de todas as especialidades e áreas de atuação reconhecidas pela Comissão Mista de Especialidades, na forma do art. 9º da Resolução CME n. 01/2016, homologada pela Resolução CFM n. 2.148/2016.

“A AMB entende que muitos médicos seriam prejudicados profissionalmente com a impossibilidade de obtenção do título de especialista, titulação que garante sua forma-

ção de excelência e qualidade para diversas situações, inclusive a participação em concursos”, destaca Lincoln Ferreira, presidente da AMB.

Com a revogação da suspensão temporária foram retomadas as publicações de editais, a realização e a continuidade dos Exames de Suficiência para Titulação de Especialista ou Certificação de Área de Atuação promovidos pela AMB e por suas Sociedades de Especialidade relativos ao ano de 2020. *“É importante ressaltar que na realização e organização dos exames as Sociedades de Especialidade deverão adotar ações preventivas para evitar a disseminação da Covid-19 e seguir as recomendações e determinações das autoridades locais. O ambiente deve ser seguro para a aplicação das provas”,* ressalta Lincoln Ferreira.

Para a retomada das provas, a AMB considerou questões como o escoamento do prazo de suspensão estabelecido na Portaria AMB n. 005, de 18 de março de 2020; que algumas Sociedades de Especialidade suspenderam exames que estavam em curso, dentre os quais aqueles em já havia sido realizada a prova teórica; que diversas localidades do País já extinguiram os períodos de quarentena antes determinados; e que outras diversas localidades estão flexibilizando as regras de isolamento social de acordo com a evolução do combate à pandemia causada pela Covid-19.

Arquivo AMB



Permanecem vigentes todas as disposições da Normativa de Regulamentação do Exame de Suficiência para Titulação de Especialista ou Certificação de Área de Atuação da AMB não alteradas expressamente pela AMB, especialmente o seu item “m”, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de prova teórica, necessariamente seguida de, no mínimo, avaliação teórico-prática, prática ou análise curricular, da forma a ser estabelecida em edital a ser previamente aprovado pela AMB.

MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Em razão da necessidade de distanciamento social, a AMB recomenda às Sociedades de Especialidade que realizem a primeira fase dos Exames de Suficiência para Titulação de Especialista ou Certificação de Área de Atuação relativos ao ano de 2020 por meio eletrônico, em plataforma de aplicação de prova *on-line* a ser contratada pela própria Sociedade de Especialidade, desde que garanta a lisura, a eticidade e a segurança da avaliação dos candidatos, bem como todos os direitos do candidato ao contraditório.

A AMB também recomenda que as fases subsequentes dos Exames de Suficiência para Titulação de Especialista ou Certificação de Área de Atuação que

envolvam avaliação teórico-prática ou prática sejam realizadas em capitais ou regiões metropolitanas com baixo índice de contaminação pela Covid-19, onde já tenha havido a liberação das atividades ou flexibilização de quarentenas, adotando-se, em todo caso, medidas de distanciamento social.

Além disso, de acordo com a conveniência de cada Sociedade de Especialidade, também será permitida, excepcionalmente, a utilização de plataformas telepresenciais (ex. Zoom, Skype, Microsoft Teams®, dentre outras) para avaliação dos candidatos que tenham sido aprovados anteriormente em avaliação documental ou prova escrita.



Ex-presidente da entidade, Juarez Molinari e o presidente da AMB, Lincoln Ferreira, em janeiro de 2020, assinando Títulos de Especialista em Medicina de Tráfego

Narguilé: um risco à saúde

Uma sessão de 20 a 80 minutos inalando a fumaça do narguilé e respirando o ar do ambiente equivale a consumir cem cigarros

Comum entre jovens, dispositivo causa dependência e está ligado ao câncer

POR MABEL ABREU E LORRAINE SOUZA

Muito tempo antes da chegada do tabaco ao Velho Mundo, outro dispositivo era utilizado para o fumo de essências de frutas, flores, especiarias, haxixe, marijuana e, posteriormente, o tabaco: o narguilé. Do Oriente se expandiu rapidamente para o Ocidente, tornando-se um grave problema de saúde pública nos séculos XX e XXI, pela crença equivocada de ser menos danoso à saúde comparado ao cigarro tradicional. Por sua beleza, o narguilé pode parecer inofensivo à saúde, mas na verdade é mais prejudicial do que o cigarro convencional. Uma sessão de 20 a 80 minutos ao redor do dispositivo, inalando a fumaça aromatizada e respirando o ar do ambiente, equivale a consumir cem cigarros, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Seduzidos pelas artimanhas da indústria tabagista para atrair clientes, cada vez mais jovens e adolescentes passam a utilizar o produto.

Além do tabaco, no dispositivo é colocado carvão em brasa, cuja queima produz substâncias cancerígenas, entre elas o monóxido de carbono, que potencializa os riscos para seus consumidores. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), a fumaça liberada pelo narguilé contém quantidades maiores de nicotina, monóxido de carbono, metais pesados e substâncias cancerígenas do que a fumaça do cigarro convencional.

“O uso do dispositivo pode prolongar ou piorar o vício em nicotina e, nos não fumantes, tornar-se uma porta para o hábito do fumo. Modismos como o narguilé e o cigarro eletrônico escondem riscos extras e ainda são porta de entrada para a dependência do cigarro comum”, enfatiza Alberto Araújo, presidente da Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB.

QUANTIDADES SUPERIORES DE NICOTINA

ACETALDEÍDO	ACROLEÍNA	ÓXIDO NÍTRICO
MONÓXIDO DE CARBONO	METAIS PESADOS	BENZOPIRENO
PIRENO	SUBSTÂNCIAS CANCERÍGENAS	BENZANTRACENO

SUBSTÂNCIAS CANCERÍGENAS

Para alertar toda a população sobre os severos riscos que o dispositivo traz para os consumidores e para o ambiente, a Associação Médica Brasileira (AMB) elaborou um material que esclarece dúvidas sobre o tabagismo e o narguilé. As questões foram levantadas pela Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB, em forma de perguntas e respostas. O conteúdo foi elaborado pelo mesmo grupo, juntamente com a médica especialista em dependência química da área de Pneumologia do Programa de Tratamento do Tabagismo do InCor, Stella Martins, que é membro da Comissão da AMB.

O conteúdo agrega a plataforma da AMB [<https://amb.org.br/cigarro-eletronico/>], que também traz informações sobre os malefícios provocados pelo cigarro eletrônico.

RISCOS DO CONSUMO

De acordo com Stella Martins, a nicotina nos produtos de narguilé é responsável por seu potencial de dependência. “Além da nicotina, as mesmas 4.700 substâncias tóxicas do cigarro convencional estão presentes no narguilé, mas análises comprovaram que a fumaça contém quantidades superiores de itens como nicotina, monóxido de carbono e metais pesados”, explica.

Inúmeros são os danos à saúde causados pelo uso do narguilé, em que o sistema cardiovascular e o respiratório são os mais afetados. “Temos de alertar

que as gestantes e os fetos são também muito afetados pela fumaça dos dispositivos. Os fetos podem apresentar baixo peso ao nascer e distúrbios pulmonares. Doenças periodontais e alterações da voz por danos à laringe são comuns entre os seus usuários”, pontua Stella.

A médica explica que entre os danos no curto prazo se observa que o usuário de narguilé sofre aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial, com elevação do risco para doença coronariana, além do aumento da frequência respiratória, risco de intoxicação pelo monóxido de carbono e prejuízo à função pulmonar.

Os danos cardiovasculares em longo prazo mais observados são risco maior para cardiopatia isquêmica ou insuficiência cardíaca, enquanto que os danos pulmonares inerentes ao seu uso são o desenvolvimento da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e asma. O uso do narguilé também está associado a diversos tipos de cânceres, entre eles os de pulmão, esôfago, intestino e bexiga.

“O compartilhamento das piteiras também predispõe e eleva o risco de contaminação para herpes labial, influenza, tuberculose e por que não pensarmos também na Covid-19, que assola todo o mundo. Convidamos toda a comunidade para conhecer o material e abraçar a luta contra o tabagismo e as artimanhas da indústria tabagista”, ressalta Stella Martins.

Trecho da fronteira brasileiro-uruguaia, que abrange as cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil)



João Mattos/ Jornal do Comércio

Brasil e Uruguai debatem o enfrentamento da Covid-19

Webinar inédito da AMB reuniu representantes dos dois países, que apresentaram suas estratégias de combate à pandemia

POR LORRAINE SOUZA

Em iniciativa inédita, a Associação Médica Brasileira (AMB) reuniu representantes do Brasil e do Uruguai para falar sobre as fronteiras secas que fazem divisa entre os dois países e as estratégias de combate ao novo coronavírus em ambas as nações. O 1º webinar internacional “Covid-19: lições aprendidas” foi realizado em 2 de junho, em parceria da AMB com a Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) e Ministério da Saúde Pública do Uruguai.

O webinar contou com palestras de Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde; Daniel Salinas, ministro da Saúde do Uruguai e Juan Marcos Mira, médico pela Faculdade de Medicina de Montevideu (Uruguai) e diretor técnico da Santa Casa de Livramento (Brasil), uma das cidades de fronteira seca entre os países.

Durante o debate, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), garantiu que a

luta contra o coronavírus no estado está “controlada”. O governador explicou as políticas do estado para o isolamento social como medida para conter o avanço da doença, enquanto a rede de saúde era preparada para que pudesse atender os casos graves da doença.

“O papel do governo do estado é evitar que a curva se acentue, mantê-la dentro da capacidade (hospitolar) de atendimento e aumentá-la de acordo com o possível, adquirindo equipamentos, leitos, EPIs,

entre outros. Buscamos entender os casos, o número de infectados, observando internações em UTIs e enfermarias, o perfil dessas pessoas e da região onde moram para, com base nessas informações, tomar decisões assertivas de controle”, observou Eduardo Leite.

Leite aproveitou a participação de representantes de entidades médicas no seminário para

Webinar da AMB foi o pontapé inicial para a elaboração conjunta de protocolos para combate à Covid-19 entre Brasil e Uruguai

Pedro Henrique Tenerelli De Lucena/Timbro

COVID-19: LIÇÕES APRENDIDAS / LECCIONES APRENDIDAS
02/06 11h www.amb.webinario.online

MODERADORES

Mesa de Abertura

AMB Associação Médica Brasileira
AMRIGS Associação Médica do Rio Grande do Sul
CREMERS Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul
Ministerio de Salud Pública

Arquivo/Ministério de Salud Pública



Eduardo Leite, governador do RS, durante o webinar binacional

agradecer pelo conhecimento e colaboração disponibilizados para a construção do distanciamento controlado e o enfrentamento do coronavírus no estado. O governador também falou sobre a cooperação entre as equipes de saúde gaúchas e uruguaias na elaboração conjunta de protocolos a serem adotados nos municípios da fronteira: Santana do Livramento e Rivera; Chuí e Chuy; Aceguá e Aceguá; Quaraí e Artigas; Barra do Quaraí e Bella Unión; e Jaguarão e Rio Branco.

“Temos uma relação próxima e antiga com os vizinhos uruguaios e este trabalho de cooperação é muito importante para contermos o vírus e somarmos forças para combatê-lo”, ressaltou Leite.

CASO BEM-SUCEDIDO NA AMÉRICA LATINA

Apesar de não ter declarado quarentena obrigatória ou exigido o uso em massa de máscaras contra a expansão do novo coronavírus, o Uruguai tem conseguido manter índices baixos de casos da Covid-19 e leitos de UTI desocupados.

O ministro da Saúde e médico neurologista Daniel Salinas explica que as medidas do governo são tomadas a partir das orientações de um grupo de médicos de diferentes áreas, farmacêuticos, engenheiros, matemáticos e profissionais de estatística, entre outros, que avaliam os riscos de proliferação do vírus e seus impactos. *“Medimos o impacto e os riscos de cada passo que damos porque estamos cientes da virulência e da intensidade do contágio do coronavírus”,* afirma o ministro.

Para Eduardo Henderson, gerente-geral da Administração dos Serviços de Saúde do Uruguai, a infraestrutura e o sistema de saúde do país também são decisivos para os resultados contra o coronavírus. *“O nosso sistema de saúde universal é decisivo para os resultados que registramos. Os setores público e privado estão integrados. Temos forte presença de médico de família, que inclui o atendimento domiciliar. Temos também um sistema de emergência pré-hospitalar, em todo o país, que são carros com médicos e enfermeiros que as famílias contratam”,* pontua Eduardo Henderson.

Gustavo Mansur / Palácio Piratini



Daniel Salinas, ministro da Saúde do Uruguai

ATUAÇÃO CONJUNTA

O Ministério da Saúde Pública do Uruguai e o Ministério da Saúde brasileiro acordaram medidas de prevenção conjunta à Covid-19 nas cidades da fronteira, Rivera e Santana do Livramento. A iniciativa, que já estava em debate, se concretizou após o 1º webinar internacional “Covid-19: lições aprendidas”.

Durante reunião do Subcomitê de Cooperação em Saúde de Santana do Livramento-Rivera, realizada no dia 12 de junho, foi criada uma Unidade Epidemiológica Sanitária que atuará na divisa das cidades. O acordo prevê a realização de exame PCR para detecção do coronavírus em ambos os lados da fronteira, em indivíduos assintomáticos, sintomáticos leves e agudos.

Os kits de diagnóstico são fornecidos pelo Instituto Pasteur do Uruguai e as testagens são realizadas na Universidade Federal de Santana do Livramento. Além disso, as equipes técnicas do Brasil e do Uruguai definiram estratégias de comunicação e disseminação de materiais

informativos sobre medidas de prevenção e controle da pandemia que envolvem uso universal da máscara, aferição da temperatura e as mesmas regras sanitárias para transporte e comércio.

Lincoln Ferreira, presidente da AMB, reitera a importância de os países trabalharem como coirmãos. *“Essa união trará grandes benefícios para as comunidades que vivem como uma irmandade. Que esse trabalho possa ser realizado de forma conjunta, com cuidado e monitoramento constantes entre as equipes de saúde. A AMB se coloca à disposição para colaborar”,* pontua Lincoln.

Diogo Sampaio, vice-presidente da AMB, destaca que *“é por meio da união e colaboração que vamos vencer esta pandemia que assola todo o mundo. Parabéns às nações por buscarem trabalhar juntas no controle e combate ao coronavírus, com ações focadas no respeito à vida binacional”.*

Abandono de tratamentos durante a pandemia preocupa



Realização de mamografias cai 45% durante a pandemia

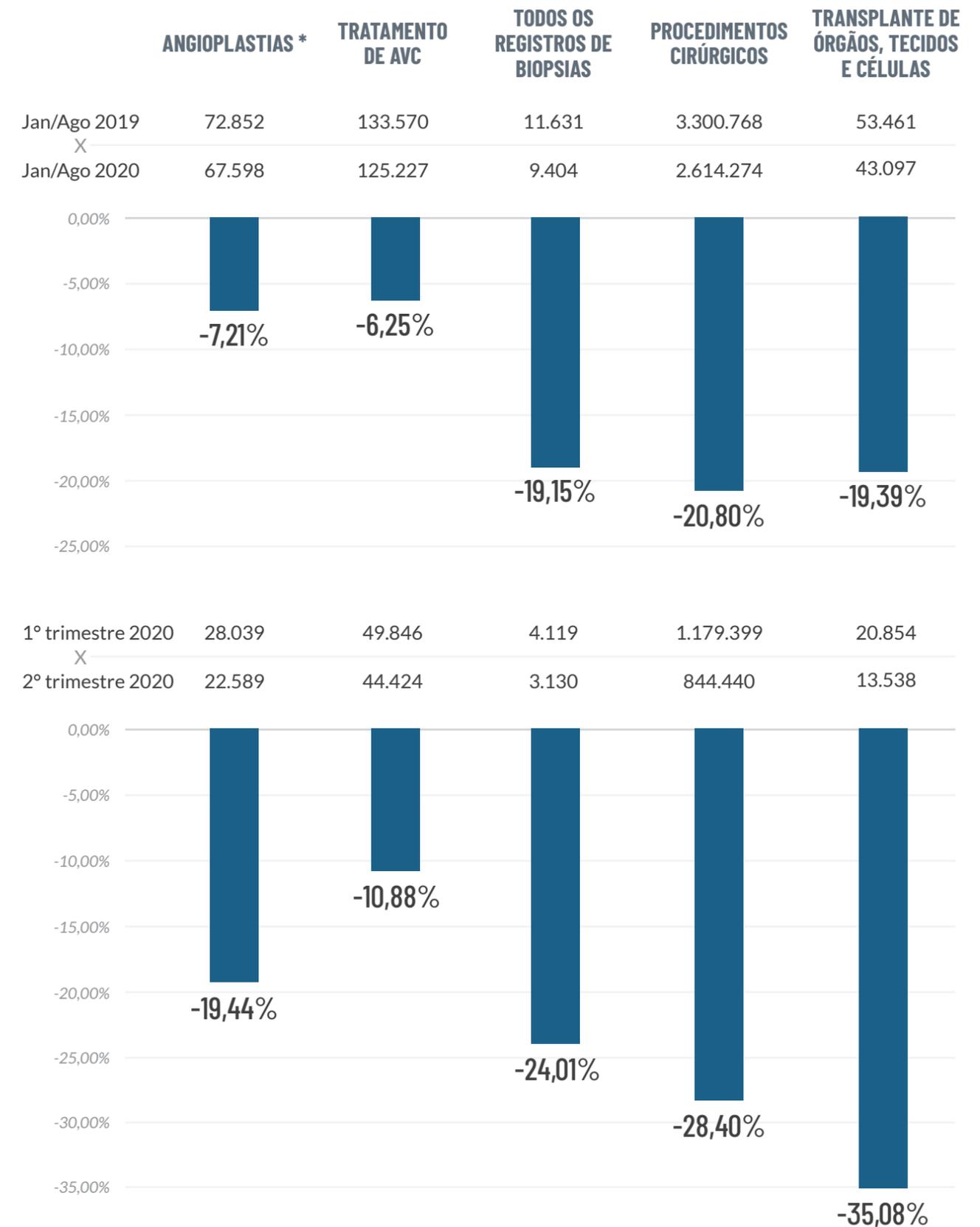
Com medo da Covid-19, pessoas têm abandonado tratamento ou deixado de buscar atendimento médico quando necessário

POR LORRAINE SOUZA E AUGUSTO DE SOUSA

A pandemia da Covid-19 determinou um impacto sem precedentes nos sistemas de saúde ao redor do mundo. A interrupção da normalidade em nível local, nacional e internacional fomentou grande cooperação entre diversos setores para o combate ao vírus. Sociedades médicas ao redor do mundo se reuniram para discutir padrões de segurança de procedimentos clínicos e cirúrgicos, equacionando

a segurança de profissionais de saúde e pacientes, o uso ético dos leitos e a manutenção da oferta de tratamento médico.

Com as orientações de isolamento social estabelecidas como forma preventiva ao coronavírus, uma nova preocupação começou a chamar a atenção das entidades médicas: muitos brasileiros deixaram de buscar



atendimento médico e/ou interromperam seus tratamentos por medo da pandemia. A consequência foi o agravamento de doenças, muitas das quais estavam sob controle.

“Pacientes com problemas de saúde que precisam de acompanhamento regular do médico, em diversas especialidades, interromperam os seus tratamentos, além de pessoas que ficaram doentes e, por receio, não procuraram a ajuda necessária. Essa atitude tem feito com que doenças, tanto as crônicas quanto as que podem surgir, se agravem, podendo inclusive levar a danos irreparáveis e até mesmo a óbito”, explica Lincoln Ferreira, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB).

De acordo com Carlos Jasmin, diretor de Defesa Profissional da entidade, além de alertar sobre o agravamento de doenças, a AMB reforçou quanto os médicos devem estar preparados para atender os pacientes com segurança. *“A palavra de ordem é ‘segurança redobrada’. As clínicas e consultórios precisaram se adaptar diante de uma nova rotina seguindo todos os critérios de prevenção para garantir que ambos os lados, tanto o paciente quanto o médico, fiquem protegidos”, pontua.*

QUEDA NOS PROCEDIMENTOS

Utilizamos a plataforma de estatística do Sistema Único de Saúde (SUS), o DataSUS, para entender a diferença na quantidade de procedimentos realizados antes e durante a pandemia. As angioplastias, por

exemplo, foram realizadas mais de 72 mil vezes no período entre janeiro e agosto de 2019, e caíram para 67 mil, no mesmo período de 2020. Essa diferença, que representa uma queda de 7,2%, é maior ainda quando comparamos o primeiro e o segundo trimestres desses anos: uma redução de quase 20% no número de angioplastias.

Os procedimentos de diagnósticos por biópsias também tiveram uma queda considerável por causa da pandemia. Ao comparar os primeiros oito meses de 2019 ao mesmo período de 2020, o decréscimo é de 19,15%. Ou seja, a cada quatro brasileiros que poderiam precisar de um diagnóstico por biópsia neste ano, um perde a oportunidade de saber com precisão o status da sua saúde.

Os AVCs também tiveram uma queda de tratamento no sistema público, com diferença de 6,25% na relação janeiro/agosto de 2019 se comparado com 2020. Mas as maiores quedas de realização no período de pandemia são os procedimentos cirúrgicos e os transplantes de órgãos, tecidos e células. Enquanto as cirurgias foram reduzidas em 20,8%, de janeiro a agosto de 2019 em relação ao mesmo período de 2020, e de quase 29% entre os primeiros trimestres desses anos, o número de transplantes caiu 35% depois de abril. Com isso, é possível concluir que um a cada três brasileiros não recebe um órgão doado por causa da pandemia.

MAMOGRAFIAS CAEM 45%

Segundo o Ministério da Saúde, as mamografias realizadas até julho/2020 somaram 1,1 milhão, uma redução de 45% em relação aos anos anteriores. A principal razão é a diminuição pela procura do exame.

A Sociedade Brasileira de Mastologia alerta que a redução das mamografias poderá prejudicar muitas mulheres com o aumento do tumor e menor chance de cura e de uma sobrevida mais longa.

Em divulgação da SBM, o presidente da entidade, Vilmar Marques, manifesta a preocupação. *“Estamos muito preocupados com a questão do tratamento postergado e o diagnóstico tardio. Por isso, enfatizamos que as mulheres não podem deixar de fazer seu tratamento ou seus exames. O atendimento nas unidades está sendo feito de maneira segura e as mulheres devem retornar à sua rotina e agendar sua consulta e exames”, orienta.*

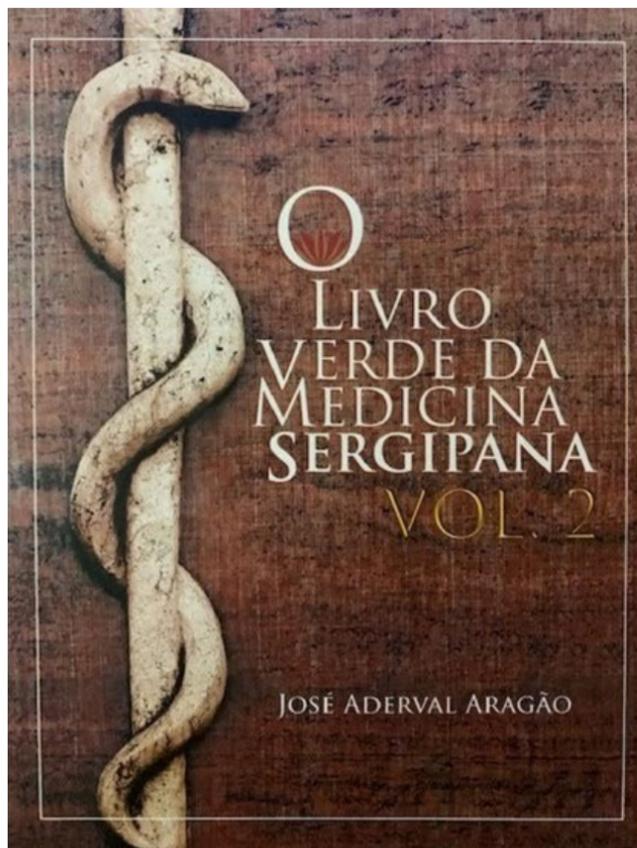
A Sociedade Brasileira de Mastologia reitera que o rastreamento mamográfico tem sido o melhor método para detectar tumores precoces e reduzir a mortalidade por câncer de mama, dados comprovados por diferentes estudos. *“É preciso que a população saiba que a prevenção é o melhor caminho para o diagnóstico precoce e que pode fazer toda a diferença no potencial de cura”, conclui o mastologista, completando que o mote da SBM no Outubro Rosa 2020 é “Quanto Antes Melhor”, para lembrar a importância de manter hábitos saudáveis, como atividade física e boa alimentação, além de exames e consultas em dia.*

11

SOMESE LANÇA LIVRO SOBRE A MEDICINA SERGIPANA

A Sociedade Médica de Sergipe (Somese) lançou, em 1º de outubro, a obra *Livro verde da medicina sergipana*, volume 2. O livro é de autoria de José Aderval, presidente da Somese, e é uma parceria da entidade com a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores (Sobrames).

A obra apresenta a biografia de mais de cem profissionais que se dedicam à medicina sergipana. O lançamento do livro faz parte das comemorações dos 83 anos de atuação da Somese, completados em junho deste ano.



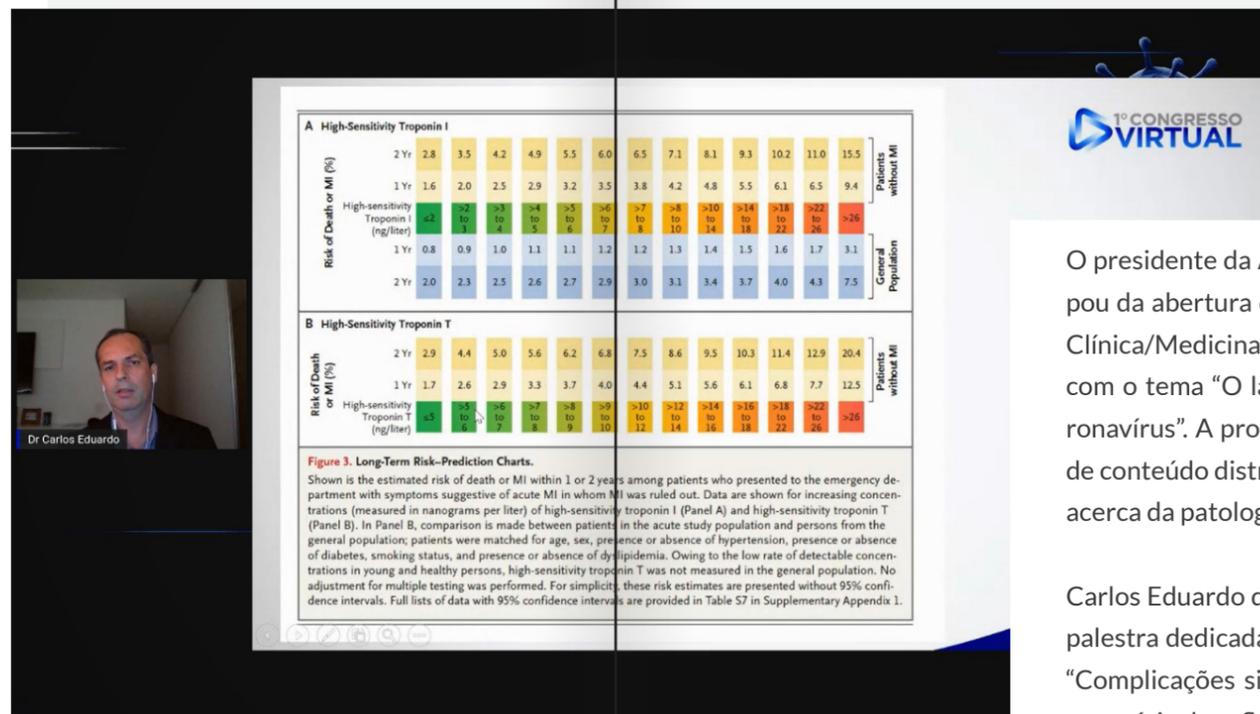
12

1º CONGRESSO VIRTUAL DA SBPC/ML



O presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Lincoln Ferreira, participou da abertura do 1º Congresso Virtual da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML), que aconteceu de 25/09 a 02/10 com o tema “O laboratório clínico agregando valor na pandemia do novo coronavírus”. A programação contou com um formato inovador e esteve repleta de conteúdo distribuído em uma semana de evento *on-line* abordando assuntos acerca da patologia clínica no cenário atual da Covid-19.

Carlos Eduardo dos Santos Ferreira, presidente da SBPC/ML, apresentou uma palestra dedicada aos impactos que a Covid-19 causa ao coração. Com o tema “Complicações sistêmicas da Covid-19 em pacientes cardiopatas”, ele trouxe uma série de reflexões sobre a troponina.



13

PARCERIA AMB/ABRAMEDE OFERECE CURSO SOBRE COVID-19 A MÉDICOS ANGOLANOS

Por meio de uma parceria entre a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Associação Médica Angolana (Asmea), a Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede) disponibilizou, em 14 de setembro, um curso para auxiliar médicos emergencistas de Angola no combate à Covid-19.

Os profissionais angolanos terão acesso liberado por 60 dias ao curso e a expectativa é que mais de cem profissionais de saúde sejam capacitados com a aula.

Manejo Emergencial da COVID-19

Médicos brasileiros capacitam profissionais de Angola para combater a COVID-19

AMB Associação Médica Brasileira | ABRAMEDE Associação Brasileira de Medicina de Emergência | ASMEA Associação Médica Angolana "Médicos da Baía"

Onde cada segundo importa!

14 CAP AMB DEBATE PLS EM TRÂMITE NO CONGRESSO

Os membros da Comissão de Assuntos Políticos da AMB (CAP) se reúnem todas as semanas para tratar dos projetos de lei que tramitam no Congresso de interesse dos médicos e da saúde. Em 30 de setembro o destaque foi o PL n. 4.667/2020, do deputado Eduardo Costa (PTB-PA), que defende a criação de um Exame Nacional de Suficiência em Medicina, aplicável como requisito necessário entre o fim da formação e a iniciação profissional.

Participaram da reunião Débora Cavalcanti, presidente do CAP; Sérgio Palma, presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia e secretário da CAP; e Etelvino de Souza Trindade, membro suplente da CAP.



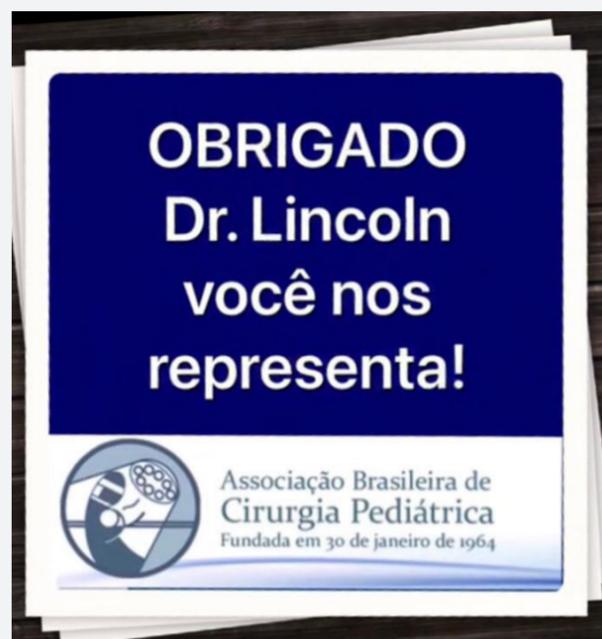
16 AMB NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A Associação Médica Brasileira (AMB), representada pelo diretor de Atendimento ao Associado da entidade, Marcio Fortini, participou de uma reunião com o diretor do Departamento de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DGETS/MS), Alessandro Vasconcelos. O encontro foi realizado para falar sobre a complementação de honorários para atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS).



15 PRESIDENTE DA AMB É HOMENAGEADO PELA CIPE

O presidente da AMB, Lincoln Ferreira, foi homenageado pela Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica (Cipe), recebendo o diploma de reconhecimento por sua relevante atuação em defesa dos médicos e da saúde da população. A homenagem foi realizada na abertura do 1º Congresso Brasileiro de Cirurgia Pediátrica *on-line*, que aconteceu até 18 de outubro.



17 CONFERÊNCIA GLOBAL PARAR

A Conferência Global Parar, realizada com o apoio da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), nos dias 21, 22 e 23, reuniu, de forma *on-line*, grandes nomes do setor e conteúdo de qualidade, com *workshops*, palestras, debates, *pitchs*, entrevistas e conteúdos ao vivo ou *on demand*.

18 SÉRIE SOBRE VACINAS COVID-19

A AMB disponibilizou uma série de entrevistas sobre a vacina da Covid-19 com médicos especialistas em seu canal do YouTube.

Dividida em quatro episódios, participaram da série o médico infectologista Esper Kallás, professor titular do Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, que falou sobre a vacina Coronavac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac Biotech, com pesquisa clínica coordenada pelo Instituto Butantan; Luiz Vicente Rizzo, médico e diretor de Pesquisa na Sociedade Beneficente Israelita Brasileira do Hospital Albert Einstein, que falou sobre os projetos de pesquisa em que a instituição está envolvida; Jorge Kalil, diretor de Imunologia do Incor, professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e diretor do Laboratório de Imunologia do Instituto do Coração (Incor/FM-USP), que está coordenando uma pesquisa para desenvolvimento de uma vacina brasileira e Hélio Bacha, médico infectologista e membro do Comitê Covid-19 da AMB.



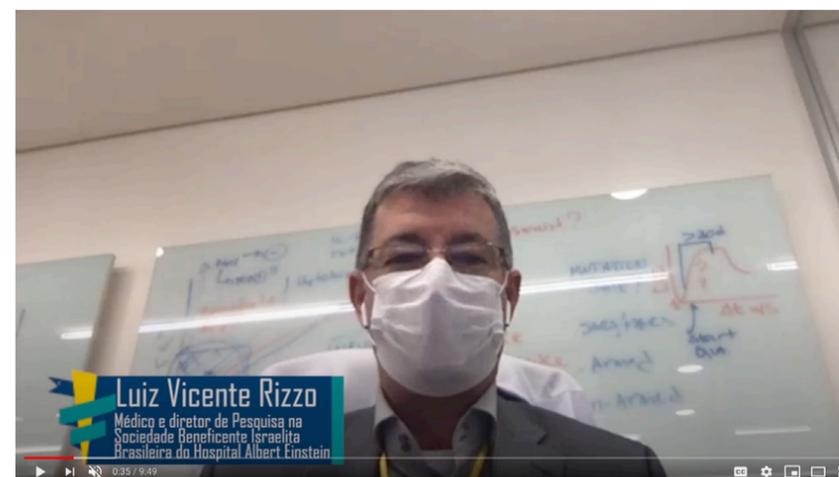
19 REVALIDA EM PAUTA

Uma das principais bandeiras da AMB é a da exigência do Revalida, aplicado pelo Inep, para egressos de escolas do exterior. Em 31 de agosto, o presidente da AMB apresentou ao novo ministro da Educação todas as questões envolvendo o tema e ratificou a importância de que o exame fosse realizado com urgência,

devido às diversas tentativas que têm tramitado no Congresso Nacional para flexibilizar e até mesmo retirar a exigência do Revalida.

Na audiência, realizada de forma virtual, também foram abordados temas caros à classe médica, como a relação Título de Especialista *versus* pós-graduações; a moratória de escolas médicas; a comissão proposta para estudar e propor um novo marco regulatório sobre abertura e funcionamento de escolas médicas no Brasil; e os regramentos sobre os cursos de especialização.

Em 11 de setembro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), único órgão autorizado a realizar o exame, divulgou o edital de inscrição para a prova, cuja primeira fase será aplicada em 6 de dezembro de 2020.



A informação nos tempos de Covid-19

Como informar médicos e a população em geral se tornou mais um desafio em 2020

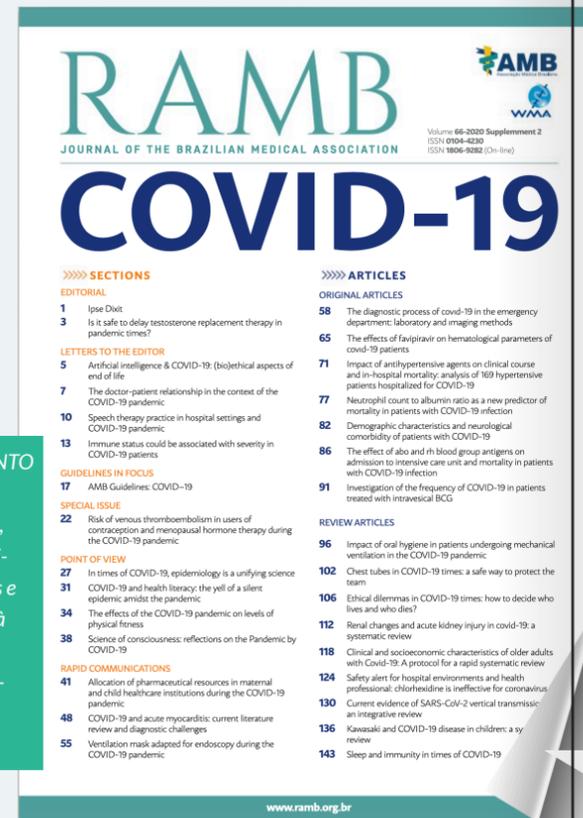
POR AUGUSTO DE SOUSA

Disseminar informações científicas de forma ágil aos médicos tem sido um dos desafios da Associação Médica Brasileira neste momento de pandemia. Uma das ações da AMB foi a antecipação de estudos e artigos sobre a Covid-19, aprovados pelo Conselho Editorial da *Revista da Associação Médica Brasileira* (publicação científica da AMB), que serão publicados no periódico.

O diretor científico da AMB, Antonio Carlos Palandri Chagas, que também é professor na Faculdade de Medicina do ABC, professor livre-docente na FMUSP, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (Socesp), comentou que *“nesse momento ímpar da história, assim que tomamos conhecimento do impacto que essa, ainda considerada apenas uma epidemia, estava causando na China e em países europeus, e começava a alcançar o Brasil, tivemos que criar um comitê de crise da AMB, para irmos avaliando dia a dia a situação, identificar ações da AMB diante dos cenários e propostas de encaminhamento junto ao governo”*. Por decisão deste comitê, o *Boletim Ramb Covid-19* foi implementado e pode ser acessado no site da revista (www.ramb.amb.org.br).

Assim, a AMB modificou o jeito, e até o tempo, para publicar os estudos, abrindo exceções para as pesquisas sobre a Covid-19, acelerando o processo de aprovação editorial, da revisão bibliográfica e diagramação. Assim, a AMB passou a publicar separadamente, em

RAMB SUPLEMENTO COVID-19
No final de agosto, uma série de publicação dos boletins e outras referentes a Covid-19 fizeram parte de um suplemento especial da revista *Ramb*.



um boletim, com *layout* próprio, as pesquisas sobre a doença encaminhadas para submissão à *Ramb*. No final de setembro já havia 30 boletins publicados, com autores brasileiros e de outros países.

“Precisávamos de atualizações rápidas, estudos dessa natureza não poderiam chegar aos médicos somente depois de dois ou três meses. Sabíamos também que a pressa não podia ignorar a credibilidade, sabemos o peso que a Ramb tem junto aos médicos de todo o mundo”, explica o vice-presidente da AMB, Diogo Leite Sampaio.

A resposta foi rápida. A primeira publicação especial aconteceu no dia 15 de abril, cerca de um mês depois de o Brasil declarar situação de calamidade pública em decorrência da pandemia. *“Oncology practice during Covid-19 pandemic: a fast response is the best response”* foi o tema de inauguração da *Ramb Covid-19*.



PSYQUALY-COVID

RESILIÊNCIA E QUALIDADE DE
VIDA DOS MÉDICOS

**PARTICIPE! EM 5 MINUTOS CONTRIBUA
PARA O RAIO X DE COMO ESTÁ A
SAÚDE DOS MÉDICOS NO BRASIL**

Acesse em:
www.amb.org.br e
www.portal.cardiol.br